

## CAPÍTULO 10

# Política

Neste capítulo,  
você aprenderá que:

- A sociologia política procura analisar a distribuição do poder na sociedade e suas consequências no comportamento político e nas políticas públicas.
- As disputas sociológicas acerca da distribuição do poder frequentemente se concentram na maneira pela qual as estruturas sociais, em especial as estruturas de classe, influenciam a vida política.
- Algumas vertentes da sociologia política analisam como as instituições do Estado e as leis afetam o comportamento político e as políticas públicas.
- Três ondas de democratização varreram o mundo nos últimos 175 anos.
- As sociedades só se tornam verdadeiramente democráticas à medida que seus cidadãos passam a gozar de proteções legais para seus direitos e suas liberdades. Isso ocorre quando suas classes média e trabalhadora tornam-se grandes, organizadas e prosperas.
- A persistência de desigualdades sociais impõe limites à democracia mesmo nos países mais ricos.
- As guerras, o terrorismo e a violência urbana são formas alternativas de condução da política.

## Introdução

Ascensão e Queda de um Presidente  
O que é Política? Conceitos Centrais

## Teorias da Democracia

Teoria das Elites  
Teoria Pluralista  
Uma Crítica ao Pluralismo e à Teoria das Elites

Teoria dos Recursos de Poder

Onde Você se Encaixa?

Teoria Centrada no Estado

## O Futuro da Democracia

Viva a Democracia Russa  
As Três Ondas de Democratização  
As Pré-Condições Sociais da Democracia

## Formas Alternativas de Condução da Política

Guerras  
Terrorismo e Formas Correlatas de Violência  
Violência Urbana no Brasil

## III Introdução

### Ascensão e Queda de um Presidente

Em 1989, o Brasil realizou eleições presidenciais livres depois de 38 anos sem fazê-lo. As últimas eleições livres para presidente haviam sido realizadas em 1961. Entre 1964, quando teve início o golpe militar, e 1988, quando foi promulgada a Constituição atualmente em vigor, o Brasil passou por um longo período de restrição de liberdades políticas e centralização do poder em torno de uma elite civil-militar. Esse período ficou conhecido na historiografia como "ditadura militar". Na eleição presidencial de 1989, duas forças políticas tomaram a frente. De um lado, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, representando as forças políticas de esquerda, o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. De outro, o candidato Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), recém-criado, representando as forças políticas de direita. A vitória de Fernando Collor ocorreu, em grande parte, com o apoio da mídia, em especial de uma das mais influentes corporações do país: as Organizações Globo (ver o Capítulo 9, "Economia e Trabalho"). A imagem produzida pela assessoria de Fernando Collor foi a do homem jovem, bonito, esportivo, refinado, disposto a combater a corrupção. Como governador do estado de Alagoas, Collor determinou o não-pagamento dos altos salários de membros do executivo, legislativo e judiciário daquele estado, assim, ficou conhecido como "o caçador de marajás". A imagem de "salvador da pátria" foi determinante no sucesso da campanha eleitoral. Ironicamente, o primeiro presidente eleito após um longo período de ditadura teve como mote central de sua campanha a corrupção e foi derrotado por ela. A mesma mídia que apoiou Collor durante a campanha, valorizando suas qualidades administrativas, morais e até seus dotes físicos e suas habilidades esportivas, foi também um dos principais agentes de mobilização pela queda de seu governo, ocorrida no final de 1992, com sua renúncia, na iminência de aprovação do *impeachment* pelo Congresso Nacional.

Vejamos agora como se processou a ascensão e a queda de Fernando Collor de Mello.

Um personagem central desses eventos foi o resorte de campanha de Collor, Paulo Cesar Farias, conhecido como PC. Durante o período eleitoral, PC angariou elevadas somas de contribuição de empresários a fim de garantir a vitória de Collor e evitar a eleição do candidato do Partido

dos Trabalhadores. Após a posse de Collor, PC foi o responsável pela organização do esquema de corrupção que atuou como uma espécie de "governo paralelo". A lógica do governo paralelo estava fundamentada no tráfico de influências, na cobrança de propina e no superfaturamento de obras e licitações públicas. O esquema começou a ruir quando, em maio de 1992, a revista *Véix* publicou uma reportagem baseada no dossiê de denúncia elaborado por Pedro Collor de Mello, irmão do então presidente Collor. No mês seguinte, o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar a atuação de PC Farias. A CPI concluiu que Fernando Collor havia recebido "vantagens econômicas indevidas". A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) protocolaram pedido de *impeachment* do presidente. A abertura do processo de *impeachment* foi aprovada pela Câmara Federal em setembro e, em novembro, o presidente foi denunciado, pela Procuradoria da República, por crime comum junto ao Supremo Tribunal Federal. Em 29 de dezembro de 1992, o Senado Federal julgou e condenou à inelegibilidade, por oito anos, o presidente Fernando Collor de Mello. Após o início da sessão de julgamento, o presidente renunciou a fim de evitar o *impeachment*.

Todo esse processo se desenvolveu em um clima de efervescência política crescente, com intensa participação popular. Grandes manifestações ocorreram nas principais cidades do Brasil. Os jovens, ocuparam o espaço público, foram às ruas com os rostos pintados em protesto contra a corrupção e conclamaram a população a participar de um movimento que ficou conhecido como "ética na política". A indignação dos "caras-pintadas" contagiou a sociedade brasileira (Figura 10.1). Todavia, a mídia novamente teve papel determinante no processo. Da mesma maneira que se encançou pelo jovem candidato na campanha presidencial, produzindo e veiculando uma imagem de "salvador da pátria", a mídia atuou de modo decisivo na formação da opinião pública anti-Collor. Isso é particularmente verdadeiro no caso das Organizações Globo. O que teria determinado a mudança de posição desse influente grupo econômico? Que interesses estavam em jogo quando apoiou de modo decisivo o jovem e pouco conhecido candidato do PRN? Por que razão, a partir de um determinado momento — depois de ter cooperado para a divulgação da imagem do herói, do super-homem e do "salvador da pátria", colaborando inclusive para manter elevada a popularidade do presidente em momentos dramáticos do Governo Collor, como o do confisco bancário — as Organizações Globo passaram a influir de modo

eficiente na formação de uma opinião pública anti-Collor?

Venício Lima levanta a hipótese de que a adesão da Globo à candidatura de Fernando Collor deu-se desde 1988. A mobilização política que havia ameaçado interesses empresariais na Constituição dava sinais de poder levar não um, mais dois candidatos de esquerda ao segundo turno: Lula e Britzola. Para evitar essa escolha indigesta



● Figura 10.1 Os caras-pintadas e as manifestações pelo *impeachment* de Collor

do seu ponto de vista, os setores mais organizados da direita, com destaque especial para as Organizações Globo, trataram de promover um candidato identificado com o que o próprio Roberto Marinho, então presidente da corporação, chamou de "idéias privatistas" (citado em Lima, 2004). Mesmo setores que, no primeiro turno ainda apoiavam o candidato Mário Covas, no segundo tiveram de escolher Collor para evitar Lula.

Collor desponhou, então, como a solução segura para a direita brasileira. Mais difícil é explicar como essa solução se transformou em um problema. A política econômica pode ser um começo da explicação. Por sua ênfase na estabilidade da moeda e suas propostas de reforma administrativa e de abertura comercial, o governo Collor teve uma orientação claramente neoliberal. As medidas previam demissões, privatizações, cortes nos incentivos fiscais e nos gastos públicos como um todo. Mas o controle da inflação, objetivo primeiro do Plano Collor I, deu-se por meio de uma forte intervenção do Estado na economia, só antes vista em situações de pós-guerra. O congelamento de preços e o bloqueio dos ativos financeiros (populamente conhecido como "conheço da poupança") foram os principais instrumentos utilizados para conter a inflação. Essa foi uma grande decepção para os que votaram em Collor por suas "idéias privatistas". Por uma série de fatores que não cabe aqui explicitar, a partir de setembro de 1990, o Plano Collor I ruíu e, com ele, boa parte do apoio do empresariado ao presidente.

Mas talvez seja possível sustentar também a hipótese de que a Globo abandonou Collor no calor das denúncias de corrupção para ser simpática à "opinião pública". Antes mesmo do fim da ditadura, o espaço público brasileiro começou a mudar, ganhando ares mais pluralistas e contestatórios (ver o Capítulo 15, "Ação Coletiva e Movimentos Sociais"). Nesse sentido, era crucial evitar a repetição do erro cometido com o comício em prol das Diretas na Praça da Sé, em 1984, noticiado como parte da comemoração do aniversário da cidade de São Paulo. Além disso, muito se falava da edição do debate que precedeu o segundo turno das eleições entre Lula e Collor, em matéria do *Journal Nacional*. Essa matéria mostrava um Lula nervoso, acuado por um Collor seguro e identificado com um projeto de modernização "sem baderna". Antecipando-se e acompanhando a mobilização pró-*impedimento*, a Globo projetava-se como aliada da democracia e da parcela mais expressiva da "opinião pública", e lavava as mãos perante a aventura desastrosa que foi Fernando Collor de Mello na história política do Brasil.

Assim como ocorre em diversas partes do mundo, esse episódio ilustra a estreita relação entre poder econômico, meios de comunicação de massa e decisões políticas. A influência das grandes empresas e corporações nas questões políticas pode nos fazer duvidar da célebre frase de Abraham Lincoln, segundo a qual a democracia é "o governo do povo, pelo povo e para o povo". Poucos grupos conseguem reunir os milhões de reais necessários para pagar lobbyists, financiar campanhas políticas, pagar relações públicas de candidatos e outras coisas envolvidas no convencimento do povo e dos políticos responsáveis pela formulação de leis. Será que devemos concluir então que alguns grupos, em especial os grandes empresariais e as grandes corporações, são "mais iguais" do que os outros?

O papel desempenhado pelos grandes empresários e pelos meios de comunicação de massa na eleição e renúncia do presidente Fernando Collor de Mello levanta a questão central da sociologia política: o que explica o grau segundo o qual um sistema político responde às demandas de seus cidadãos? Como você verá, os sociólogos têm respondido a essa questão a partir do exame da influência das estruturas sociais, em especial das estruturas de classe, na política. Muito embora essa abordagem contribua bastante para nossa compreensão da vida política, ela é insuficiente quando

considerada por si só. Uma teoria da democracia plenamente adequada requer também o exame de como as instituições e as leis afetam os processos políticos.

De meados da década de 1970 até o início dos anos de 1990, uma onda de eleições competitivas varreu muitos países anteriormente não-democráticos. Talvez a mais surpreendente delas tenha ocorrido na ex-União Soviética no final daquele período. Muitos analistas ocidentais ficaram extasiados. Apesar disso, nos últimos anos da década, tornou-se claro que o otimismo era ingênuo, pois os novos regimes revelaram-se democracias frágeis e limitadas. Assim, os sociólogos começaram a reconsiderar as pré-condições da democracia. Esporemos alguns desses trabalhos na terceira seção deste capítulo, quando concluímos que democracias genuínas não se baseiam apenas em eleições. Além das eleições, é necessário que a maioria das pessoas tenha garantias legais de seus direitos e suas liberdades para que a democracia crie raízes e se desenvolva, e isso ainda não ocorreu em grande parte do mundo.

Concluímos este capítulo argumentando que a persistência das desigualdades sociais é a maior barreira ao progresso da democracia, não apenas em países como o Brasil mas também nos países ricos.

## O que é Política? Conceitos Centrais

A política é uma máquina que determina "quem obtém o que, quando e como" (Lasswell, 1936) e o poder é o combustível dessa máquina. Poder é a capacidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo contra resistências (Weber, 1991: 33). Ter mais poder que outros significa conseguir mais coisas que são valorizadas e mais rapidamente, enquanto ter menos poder que outros significa conseguir menos coisas valorizadas e mais tardiamente. A tarefa principal da sociologia política é mostrar como o poder impulsiona diferentes tipos de máquinas políticas.

Algumas vezes, o uso do poder envolve a força. Por exemplo, uma forma de se operar um sistema de distribuição de empregos, dinheiro, educação e outras coisas valorizadas é mandando para a prisão as pessoas que não concordam com o sistema. Nesse caso, elas obedecem às regras políticas porque têm medo de desobedecer. Com mais frequência, contudo, as pessoas concordam com esses sistemas de distribuição, ou pelo menos os aceitam, nem que seja de má vontade. Assim, a maioria das pessoas paga seus impostos sem muita pressão da Receita Federal e seus ricos de sarracão sem ter de passar um tempo na prisão. Isso significa que elas reconhecem o direito de seus governantes de controlar a máquina política. Quando a maioria das pessoas concorda, de maneira geral, com a forma como a máquina política é dirigida, o poder se transforma em autoridade. Autoridade é o poder legítimo e institucionalizado. O poder é legítimo quando as pessoas percebem sua aplicação como válida ou justificada. O poder é institucionalizado quando as normas e os *status* das organizações sociais governam sua aplicação. Essas normas e *status* definem como a autoridade deve ser usada, como os indivíduos podem obter autoridade e quanto autoridade é atribuída a cada *status* em uma organização.

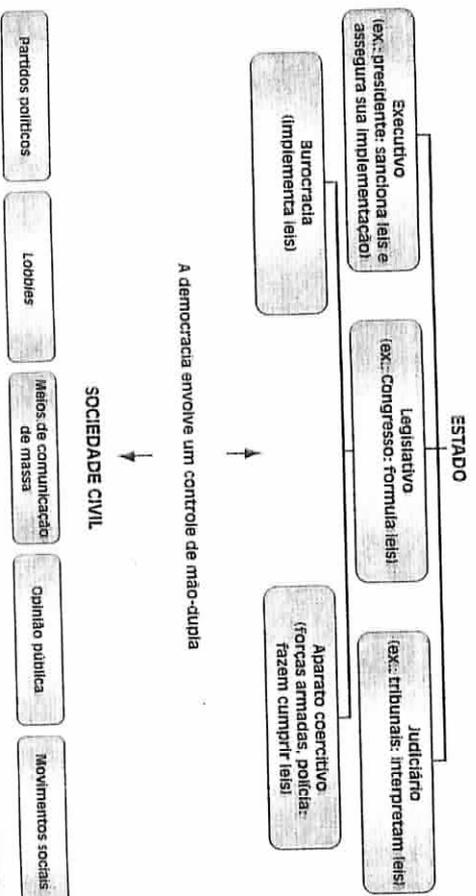
Max Weber (1991) escreveu que a autoridade pode ter um de três fundamentos:

1. *Autoridade tradicional*. Em sociedades tribais e feudais, as pessoas herdaram o poder por meio de laços de família ou de clã. Existe a crença generalizada de que o direito de uma família ou de um clã de monopolizar a liderança se origina da vontade de um deus.

2. *Autoridade racional-legal.* Nas sociedades modernas, a autoridade deriva do respeito pela lei. As pessoas geralmente acreditam que essas leis são racionais e, se alguém obtém o poder seguindo tais leis, sua autoridade é respeitada.

3. *Autoridade carismática.* Algumas vezes, indivíduos carismáticos, com características pessoais como fora do comum, desafiaram a autoridade tradicional ou legal. Esses indivíduos alegam estarem inspirados por um deus ou por algum princípio superior que transcende outras formas de autoridade, conseguindo, por vezes, muitos adeptos. Um exemplo desse princípio superior é o de que todas as pessoas são criadas iguais. Algumas vezes, tipos carismáticos emergem em uma **revolução política**, isto é, em uma tentativa de um grupo numeroso de pessoas de derrubar as instituições existentes e estabelecer outras. Revoluções políticas ocorrem quando movimentos de oposição amplos e bem-sucedidos se chocam com uma autoridade tradicional ou racional-legal que se encontra em processo de desagregação.

A política ocorre em todos os contextos sociais, inclusive nas relações pessoais íntimas, no seio das famílias e no interior das universidades. No entanto, a sociologia política se concentra principalmente nas instituições *especializadas* no exercício do poder e da autoridade. Tomadas em seu conjunto, essas instituições formam o **Estado**. O Estado é constituído por instituições responsáveis pela formulação e execução das leis e das políticas públicas de um país e, ao realizar essas funções, regula os cidadãos na **sociedade civil**, a esfera privada da vida social (Figura 10.2).



● **FIGURA 10.2** AS instituições do Estado e da sociedade civil

Os cidadãos, na sociedade civil, controlam o Estado em graus variáveis. Em uma **autocracia**, o poder absoluto fica na mão de uma única pessoa ou de um partido. Em um **Estado autoritário**, o poder é, de certa forma, mais amplamente distribuído, mas o controle por parte dos cidadãos ainda é grandemente restringido. Em uma **democracia**, os cidadãos exercem um grau relativamente elevado de controle sobre o Estado. Eles fazem isso por meio da escolha de representantes em eleições regulares e competitivas.

Nas democracias modernas, os cidadãos não controlam o Estado diretamente, mas por meio de diversas organizações. Os **partidos políticos** propõem políticas alternativas e convocam os cidadãos adultos para votar, competindo, assim, pelo controle do governo em eleições regulares. Grupos de interesses especiais — tais como sindicatos de trabalhadores e associações de empresários — formam **lobbies**. Os **lobbies** informam e pressionam os políticos quanto aos desejos de seus membros, além de adverti-los sobre a importância dos votos, da capacidade de organização e das contribuições de campanha de seus membros. Os **meios de comunicação de massa** mantêm um olhar vigilante e crítico sobre o Estado e informam a população sobre a qualidade do governo. A **opinião pública** diz respeito aos valores e às atitudes da população adulta como um todo, expressando-se principalmente nas pesquisas de opinião e em cartas enviadas aos legisladores. A opinião pública fornece aos políticos uma visão das preferências dos cidadãos. Por fim, quando a insatisfação com a política vigente torna-se relativamente generalizada em algum grupo, algumas vezes o protesto assume a forma de **movimentos sociais**. Um movimento social é um esforço coletivo para mudar, no todo ou em parte, a ordem política ou social, abandonando as regras usuais da política. Como Thomas Jefferson escreveu em 1787, “uma pequena rebelião de vez em quando é uma boa coisa” para a democracia, pois ajuda o governo a ficar atento aos desejos dos cidadãos.

Com base nessas definições, consideremos agora os méritos e as limitações das principais teorias sociológicas da democracia.

## III Teorias da Democracia

### Teoria das Elites

A teoria das elites teve origem no final do século XIX e início do século XX com os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto e o alemão Robert Michels. Para esses teóricos, toda sociedade é governada por uma minoria, uma elite que, na acepção de Pareto, compreende “os mais fortes, os mais energéticos e os mais capazes — para o bem ou para o mal” (Pareto, 1968: 36). De acordo com o autor, a história da humanidade é a história da substituição de uma elite por outra e, por essa razão, não poderia existir um governo das massas. Mesmo que houvesse uma revolução socialista capaz de derrubar a elite capitalista burguesa, esta seria simplesmente substituída por outra, uma elite socialmente igualdade fundamental entre os seres humanos e o governo da maioria, e a ideia de elite, cujos pressupostos são a desigualdade das capacidades e qualidades dos seres humanos e a noção de uma minoria que governa. Para Pareto, e também para Mosca, a democracia nunca poderia ter uma base real, mas poderia servir como uma espécie de credo que evoca sentimentos, insufla esperança e, em última análise, poderia levar à ação. Uma sociedade democrática seria, então, um tipo de sociedade em que as elites econômicas, culturais e políticas estariam “abertas” em princípio, isto é, cujos membros poderiam ser recrutados de diversos estratos sociais com base no mérito individual ou mesmo na incorporação dos interesses e reivindicações dos eleitores, mas nunca uma sociedade governada por uma maioria (Grynszpan, 1996; Bottomore, 1965; Miguel, 2003).

Robert Michels também tinha uma visão essencialmente pessimista acerca da possibilidade de democracia como o governo da maioria. Um governo democrático seria impraticável porque,

com o crescimento e a diferenciação das sociedades, era cada vez mais necessário que os interesses e as necessidades da população fossem representados indiretamente, por meio de organizações políticas. Embora essas organizações fossem criadas com base na igualdade de participação de seus membros, assim como ocorre com outras organizações sociais, as organizações políticas estão sujeitas a uma crescente diferenciação decorrente da divisão do trabalho. Dessa forma, surgem os especialistas e se estabelece uma estratificação inevitável em termos de conhecimento, habilidades e poderes entre os líderes das organizações políticas, como os partidos, e seus membros comuns. A organização política foge, assim, ao controle da massa e passa a ser direcionada para os interesses da elite governante ou, na terminologia de Michels, da oligarquia (Santos, 1985; Grynspan, 1996). Contrariamente ao que ocorre com a noção de elite de Pareto, identificada com a noção de aristocracia, a elite, para Michels, passa a ser identificada com *oligarquia*, ou governo de poucos, adquirindo uma conotação negativa de valor à medida que aponta para a degeneração inevitável da organização política (Bobbio, Maturucci e Pasquino, 1998: 386, 836). A noção de oligarquia foi muito utilizada após a Segunda Guerra Mundial para explicar a organização social e política dos países em desenvolvimento, o que levou o cientista político Wanderinger Guilherme dos Santos a referir ao século XX na América Latina como "o século de Michels" (Santos, 1985).

É, no entanto, nos Estados Unidos que a teoria das elites vai ser reformulada e passa a constituir uma das principais teorias da democracia no século XX. Contrapondo-se à visão de uma América como "paraíso do homem comum", Charles Wright Mills procura mostrar que os Estados Unidos são, de fato, governados por um grupo restrito de pessoas, a "elite no poder" (Bobbio, Maturucci e Pasquino, 1998: 388). De acordo com Mills, elites são pequenos grupos que ocupam postos de comando nas instituições mais influentes dos Estados Unidos. Entre elas estão as 200 ou 300 maiores corporações, o poder executivo do governo e os militares. Mills escreveu que as pessoas que controlam essas instituições tomam decisões que afetam profundamente todos os membros da sociedade. Além disso, eles o fazem sem se preocupar com as eleições ou a opinião pública.

Mills mostrou como as elites corporativas, governamentais e militares estão conectadas, compondo um grupo unificado psicologicamente. As pessoas se movem de uma elite para outra durante suas carreiras, seus filhos se casam entre si, seus membros mantêm estreitos contatos sociais e tendem a serem recrutados nas classes altas e médias altas. Isso significa que os critérios de ingresso e de promoção no seio dessa elite são os mesmos para todos, uniformizando, dessa maneira, seus novos membros. Ainda assim, Mills negava que essas conexões transformassem as três elites em uma classe dominante, no sentido marxista do termo. Uma classe dominante é um grupo autoconsciente e coeso de pessoas, liderado pelos proprietários das grandes empresas, que agem para a melhoria de seus interesses. Mills insistia que as três elites são relativamente independentes entre si. Elas podem ter o mesmo ponto de vista em muitas questões, mas cada uma tem sua própria esfera de influência. Conflitos entre grupos de elite são frequentes (Mills, 1956: 277; Alford e Friedland, 1985: 199; Grynspan, 1996: 49). Apesar disso, a ideia de uma elite no poder ainda pressupõe uma certa unidade, o que, como veremos mais adiante, constitui um dos pontos mais criticados da teoria das elites.

## Teoria Pluralista

No início dos anos de 1950, a cidade americana de New Haven, em Connecticut, tinha cerca de 150 mil habitantes e estava passando por uma crise. Como ocorreu com muitas cidades america-

nas, a prosperidade pós-Segunda Guerra Mundial e a construção de novas estradas permitiram à maioria da classe média branca morar nos subúrbios, o que alterou, para menos, o recolhimento de impostos da cidade. Isso fez com que a maior parte do centro da cidade, no qual agora residiam as pessoas mais pobres e os grupos minoritários, fosse transformada em cortiços.

A partir de 1954, o prefeito da cidade decidiu fazer algo para melhorar a situação. Sua ideia era atrair novos investimentos, eliminar os cortiços do centro e impedir a fuga da classe média branca. Esse processo de renovação urbana era uma questão controversa: enquanto, de acordo com pesquisas realizadas naquela época, muitas decisões importantes foram tomadas de maneira bastante democrática, o governo da cidade ouviu atentamente todos os grupos principais e adotou políticas que refletiam os diversos desejos e interesses dos habitantes da cidade.

Os cientistas sociais que estudaram a política de New Haven nos anos de 1950 são conhecidos como **pluralistas** (Polsoy, 1959; Dahl, 1961). Os pluralistas, em particular Robert Dahl, não procuraram estabelecer uma definição teórica e abstrata do que é democracia, mas tentaram, a partir da própria experiência de sistemas políticos normalmente concebidos como democráticos, estabelecer um conjunto de requisitos mínimos para que uma democracia pudesse operar (Lessa, 2003). Nesse sentido, a cidade de New Haven serviu como uma espécie de campo de observação privilegiado. Os pluralistas argumentaram que a cidade era democrática porque o poder estava amplamente distribuído. Em sua argumentação, mostraram que poucas famílias de prestígio, consistentemente no Registro Social<sup>1</sup>, eram líderes econômicos na comunidade e que, além do mais, nem os líderes econômicos nem a elite social monopolizavam a tomada de decisões políticas, mas diferentes grupos de pessoas decidiam várias questões nesse âmbito. Algumas dessas pessoas gozavam de baixo status na comunidade. Finalmente, o poder estava mais distribuído do que em décadas anteriores. Com base nisso, os pluralistas concluíram que nenhum grupo específico exercia poder desproporcional em New Haven.

De acordo com a teoria pluralista, em sociedades heterogêneas com muitos interesses e centros de poder rivais, nenhum deles pode dominar de forma consistente. Os donos de uma indústria de aço, por exemplo, podem querer impor tarifas aos importadores de aço a fim de proteger seu mercado interno. Por sua vez, os donos de uma indústria automobilística podem se opor a essas tarifas porque querem manter baixos os custos de produção de sua empresa. Assim, a ideia de que a "indústria" tem uma única voz seria um mito. Para os pluralistas, interesses conflitantes existem até no seio de um mesmo grupo. Por exemplo, uma fábrica de automóveis que lidere o mercado de carros a álcool pode defender a aplicação imediata de uma política de regulamentação da extração de recursos naturais não-renováveis. Uma indústria que lidere o mercado de carros a gasolina pode favorecer o oposto. Uma vez que existe tanta heterogeneidade entre os grupos e no seio deles, nenhum grupo singular pode controlar a vida política. Algumas vezes uma categoria de eleitores ou um conjunto de grupos de interesse ganha uma batalha política; outras vezes, outros é que saem ganhando. Com mais frequência, entretanto, a política envolve negociação e compromisso entre grupos rivais. Dado que nenhum grupo de pessoas é sempre capaz de controlar a agenda política ou o resultado de conflitos políticos, a democracia estaria garantida em sociedades heterogêneas.

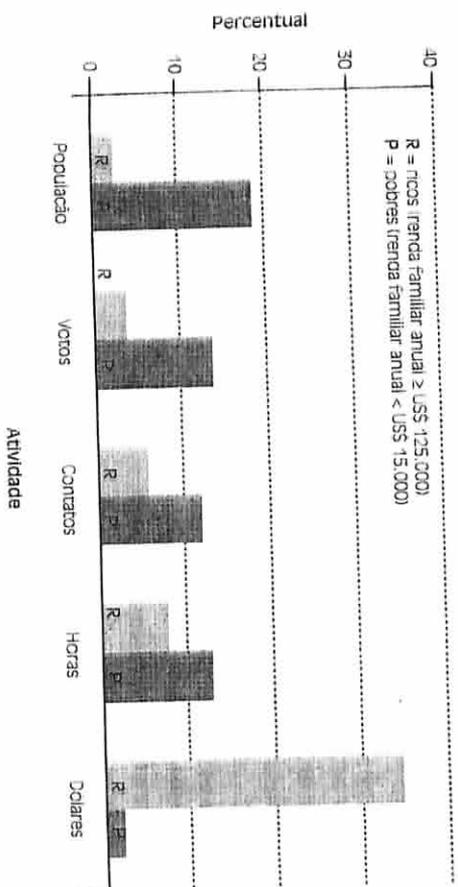
<sup>1</sup> O Registro Social (*Social Register*) nos Estados Unidos é uma relação das famílias de maior status do país. Sua primeira publicação data de 1887 e, atualmente, tem cerca de 40 mil famílias relacionadas.

## Uma crítica ao pluralismo e à Teoria das Elites

Hoje, a maioria dos sociólogos questiona a teoria pluralista porque existem dados abundantes que mostram a existência de grandes desigualdades na participação e na influência política com base na riqueza. Como veremos, a teoria das elites também tem sofrido diversas críticas.

A fim de compreendermos o conteúdo mais profundo das críticas feitas à teoria pluralista, vejamos algumas de suas limitações referentes à explicação da própria sociedade americana, considerando um sistema democrático por excelência e servindo, portanto, como ponto de partida. Consideremos, por exemplo, alguns resultados do "Estudo de Participação dos Cidadãos" (*Citizen Participation Study*). Dois elementos principais deverão ser levados em conta em nossa exposição sobre esse estudo. Em primeiro lugar, diferentemente do que ocorre no Brasil, o voto não é obrigatório nos Estados Unidos. Em segundo lugar, o sistema político americano é um sistema bipartidário, composto de dois partidos principais: o partido democrático e o partido republicano. Com essas informações em mente, consideremos agora as principais características da pesquisa em questão. No início dos anos de 1990, um grupo de pesquisadores estudou uma amostra representativa de mais de 15 mil americanos adultos. Perguntaram aos informantes se eles haviam votado na campanha presidencial de 1988, quantos contatos tinham com funcionários públicos, quantas horas tinham trabalhado na campanha eleitoral e com quantos dólares tinham contribuído. Depois, calcularam a porcentagem de cada atividade política que era levada a cabo pelas pessoas de cada grupo de renda. Os pesquisadores verificaram que as pessoas com renda mais alta eram politicamente mais ativas, em especial naquelas formas de atividade políticas mais influentes.

A Figura 10.3 compara a participação política de americanos ricos e pobres. Os ricos foram definidos como aqueles indivíduos que possuíam renda familiar igual ou superior a 125 mil dólares por ano. Os pobres, como os que tinham renda familiar menor que 15 mil dólares anuais. Com base nessa definição, os ricos constituíam 3% dos cidadãos americanos, enquanto os pobres, 18%



● **Figura 10.3** Percentual de atividade política realizada por americanos ricos e pobres  
 Fonte: Verba, Schlozman e Brady (1997).  
 Nota: Dados para 1998.

dos cidadãos. A razão de ricos para pobres era de 0,17:1 (3/18 = 0,17), isto é, para cada cidadão pobre existiam 0,17 ricos. Observe como a razão de ricos para pobres é mais alta para atividades políticas mais influentes: no que se refere ao voto, a razão de ricos para pobres é de 0,29/1, ou seja, para cada voto de um cidadão pobre, correspondia 0,29 votos de cidadãos ricos. No que se refere a contatos com funcionários públicos, a razão é de 0,5/1. Por fim, no que diz respeito à quantidade de dólares doados para campanhas políticas, a razão é de 17,5/1. Em outras palavras, os ricos doam 17,5 vezes mais dinheiro para campanhas políticas do que os pobres, muito embora os pobres sejam seis vezes mais numerosos do que os ricos.

Esse estudo mostra que o dinheiro fala, e isso nem sempre é levado em conta pelas teorias pluralistas. Mas será que ele fala com uma única voz, constituindo, portanto, um grupo relativamente homogêneo que possa ser considerado uma "elite no poder", nos moldes definidos por Wright Mills? Em princípio, todos os americanos ricos podem contribuir com a mesma quantidade de dinheiro para todos os candidatos em uma campanha eleitoral. Dessa forma, seria equivocado partir do princípio de que todas as pessoas ricas compartilham dos mesmos interesses políticos e agem em bloco. Um estudo acerca dos comitês de ação política americanos, conduzido pelo sociólogo Dan Clawson e seus colegas, ajuda a esclarecer esse ponto (Clawson, Neustradt e Scott, 1992). Os comitês de ação política são organizações responsáveis pelo levantamento de fundos para políticos que defendem determinadas causas.

Em 1988, os políticos eleitos para a Câmara dos Deputados gastaram uma média de 388 mil dólares em suas campanhas. Os membros eleitos para o Senado gastaram quase dez vezes mais — US\$ 3.745.000. Assim, a cada semana de seu mandato, um membro da Câmara tinha de levantar cerca de US\$ 3.700 e um membro do Senado, US\$ 12.000, para conseguir financiar uma campanha vencedora média. Os Comitês de Ação Política ajudam a levantar esses fundos coletando dinheiro de muitos contribuintes e depois fazendo doações aos candidatos. O que os contribuintes esperam conseguir em retribuição às suas doações? Um senador do Partido Republicano e ex-candidato à presidência dos Estados Unidos, Bob Dole, respondeu de forma delicada ao afirmar que "eles esperam algo além de um bom governo". Um grande empresário colocou a questão de forma mais direta: "Uma pergunta (...) levantada nas últimas semanas questiona se minhas contribuições financeiras influenciaram diversos políticos a abraçar minha causa. Eu gostaria de responder, da maneira mais enfática possível, que certamente espero que sim" (citado em Clawson, Neustradt e Scott, 1992: 9).

Uma análise das contribuições de campanha mostra que as grandes empresas americanas tendem a terer opiniões políticas semelhantes, favorecendo os candidatos republicanos em suas doações. Quando Clawson e seus colegas analisaram as contribuições de todos os grandes Comitês de Ação Política dos Estados Unidos, chegaram à conclusão de que existe uma grande divisão entre um grupo de empresários republicanos, de um lado, e um grupo de trabalhadores, mulheres e ambientalistas democráticos, de outro.

Esse fato levanta uma questão interessante. De acordo com os teóricos das elites, a distribuição do poder nos Estados Unidos pendesse bastante para o lado dos ricos. Mas sabemos agora que os americanos ricos tendem a favorecer os republicanos, o que deixaria sem resposta a questão do porquê de os candidatos democratas frequentemente serem eleitos para o Congresso e para a presidência dos Estados Unidos. Como veremos, essa questão aponta para uma limitação importante da teoria das elites.

### ■ Quadro 10.1: Política Social: O que Você Acha? Financiamento Público das Campanhas Eleitorais: Garantia ou Abuso da Democracia?

Uma das questões centrais nas democracias contemporâneas é o aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais. Em geral, busca-se desenvolver mecanismos que minimizem a influência do poder econômico na definição dos resultados eleitorais. O atual projeto de reforma política que está tramitando no Congresso Nacional propõe, entre outras medidas, o financiamento público das campanhas eleitorais. A ideia básica é garantir que os gastos das campanhas sejam cobertos com verba pública: em outras palavras, que sejam pagos pelos contribuintes. Para tanto, seria criado um fundo eleitoral a ser distribuído entre os partidos, considerando-se sua representatividade.

O pesquisador David Samuels comparou os gastos das campanhas para governador e presidente, realizadas no Brasil, em 1994, com gastos declarados na eleição para presidente dos Estados Unidos em 1996. Aqui, foram declarados oficialmente US\$ 3,5 bilhões; lá, US\$ 3 bilhões. O pesquisador estima que o Brasil o gasto real seja muito mais elevado que o declarado, enquanto nos Estados Unidos, em razão dos mecanismos de controle, o valor declarado estaria mais próximo do valor realmente gasto. Além disso, considerando-se que a população dos Estados Unidos é mais numerosa e que o PIB daquele país é 17 vezes maior que o nosso, podemos considerar que nosso gasto eleitoral é extremamente elevado.

Os defensores da proposta de financiamento público das campanhas eleitorais argumentam que essa medida reduziria o peso da intervenção das

grandes empresas privadas e dos interesses particulares na disputa eleitoral, minimizando a influência do poder econômico na política e tornando mais democrático o processo eleitoral. O financiamento público da campanha garantiria maior equidade ao processo eleitoral e funcionaria como um mecanismo de garantia da liberdade de escolha do eleitor.

De outro lado, estão os críticos conunzados da proposta. Seus argumentos estão fundamentados na ideia de que não cabe ao Estado garantir o pagamento das campanhas eleitorais, investindo dinheiro público para financiar a eleição de políticos. Eles argumentam que o dinheiro público deve ser usado para satisfazer as necessidades básicas da população, tais como saúde e educação. Em lugar de patrocinar campanhas eleitorais, deveria haver um aumento do investimento público em saneamento, prevenção e assistência médica, educação, segurança pública, além do incremento do nível de emprego.

O que você acha? Você consegue pensar em outras medidas para evitar ou minimizar a influência do poder econômico e do grande capital na política? Que mecanismos poderiam garantir maior equidade no processo eleitoral? Você concorda com a ideia de que o financiamento público das campanhas não é uma prioridade para o sistema político brasileiro? Ou você acha que a democratizar requer mecanismos como esse e que é necessário pagar algum preço para garantir mais legitimidade e maior representatividade?

## Teoria dos Recursos de Poder

De modo geral, os teóricos das elites acreditam que não há muita diferença no fato de republicanos nos ou democratas estarem no poder. Para eles, as elites sempre controlam a sociedade e as eleições não passam de simples espetáculos. Nesse sentido, a vitória de um partido sobre o outro não mereceria muita atenção por parte da sociologia.

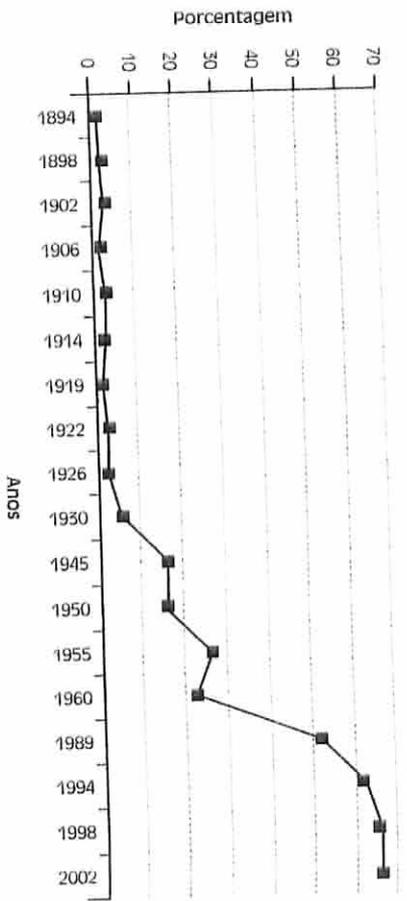
Assim como ocorre com a maioria dos sociólogos políticos nos dias de hoje, discordamos dessa ideia. Para a maioria dos cidadãos, faz muita diferença se o partido que está no poder apoia ou não mais despesas militares, padrões ambientais mais rígidos, o financiamento público do sistema

de saúde, mais subsídios para a educação infantil, leis contra o aborto, maior controle na venda de armas de fogo etc. Os teóricos das elites estão corretos ao afirmar que a maior parte do poder concentra-se nas mãos dos mais ricos, mas ainda necessitamos de uma teoria que dê conta dos sucessos e fracassos de diferentes partidos e de diferentes políticas em lugares e tempos diferentes.

A teoria dos recursos de poder pode ser útil aqui. Essa teoria focaliza como *variáveis* na distribuição de poder afetam o destino de partidos e de determinadas políticas. Para compreender a teoria dos recursos de poder, considere suas próprias preferências político-partidárias. Você poderia ter muitas razões para apoiar um partido em vez de outro. Por exemplo, sua família pode ter uma longa tradição de voto em um partido e pode ser que você nunca tenha realmente questionado essa tradição familiar. Talvez você apoie um partido porque admira a energia, a integridade ou o currículo de seu líder. Ou você pode apoiar um partido porque concorda com seu programa político em relação a uma série de questões que considera relevantes. Que fatores te levam a preferir um partido em vez de outro?

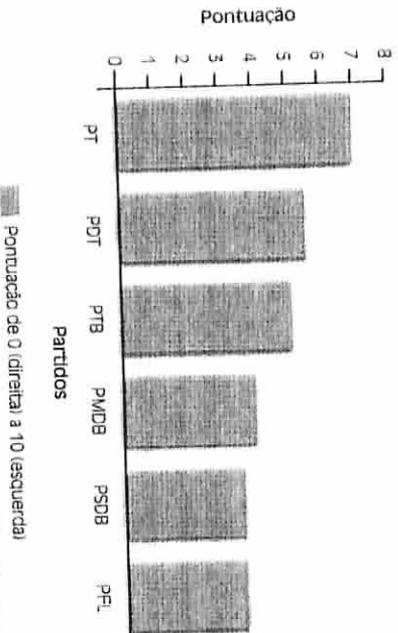
Se as políticas de um partido influenciam seu voto, você é como muitas pessoas. Na linguagem política do Brasil, a fronteira entre grupos políticos é estabelecida normalmente entre dois polos: a direita e a esquerda. Partidos de esquerda tendem a defender o envolvimento do governo na economia. Entre outras coisas, isso significa que favorecem uma forte "rede de seguridade social" de saúde e benefícios de assistência para ajudar os membros menos favorecidos da sociedade. As políticas de esquerda tendem a ser vistas como aquelas que buscam diminuir a desigualdade econômica. Em contraste, as políticas de direita defendem um papel reduzido do governo na economia. Favorecem um estado de bem-estar menor e enfatizam a importância da iniciativa individual na promoção do crescimento econômico. Colocando de lado as questões econômicas, políticas de direita e de esquerda também tendem a discordar sobre questões sociais e morais. Os políticos de esquerda tendem a apoiar direitos iguais para mulheres e minorias raciais e sexuais. Políticos de direita, valores sociais e morais tradicionais. É importante notar, no entanto, que não se trata de polos estáveis, mas de extremos de um *continuum* com várias posições intermediárias. Daí a ocorrência de termos como centro-esquerda, centro-direita, "centrão" etc. Esse *continuum*, à medida que se amplia a participação política, torna-se mais elástico, assumindo diferentes composições que, por sua vez, podem adquirir uma maior ou menor visibilidade.

É importante considerar que, até 1945, a democracia no Brasil não passava de um esboço eleitoral brasileiro, ou as pessoas aptas a exercerem o direito ao voto, restringia-se a 3% da população. Estavam excluídos, portanto, a esmagadora maioria da população, a começar pelas mulheres e pelos analfabetos. Em segundo lugar, houve a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos e o estabelecimento da ditadura durante o Estado Novo (1937-1945). Como podemos perceber na Figura 10.4, é a partir de 1945 que passa a haver um crescimento contínuo de eleitores, que chegam ao seu ponto mais alto nas eleições de 2002, com o reconhecimento do direito do voto aos analfabetos a partir da Constituição Federal de 1988. Esse processo político, inaugurado em 1945, tornou a política no Brasil mais complexa e significou também a ampliação do número de partidos políticos. Consegue-se, assim, uma tradição pluripartidarista, interrompida com o golpe militar de 1964, mas retomada com a redemocratização ocorrida na década de 1980. É a partir desse processo de democratização (extensão e intensificação da participação política) e do pluripartidarismo que, significando de direita e esquerda, passa a delimitar grupos, tendências e programas políticos.



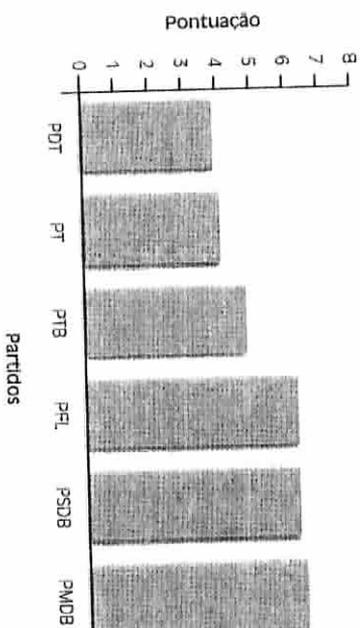
● **Figura 10.4** Evolução dos eleitores nas eleições presidenciais no Brasil segundo o percentual da população, 1894-2002  
Fonte: Pereira (2004); Tribunal Superior Eleitoral (2002).

A classificação que a população faz dos partidos nesse *continuum* entre esquerda e direita não é rígida, mas pode se alterar de acordo com a conjuntura política e o nível de participação dos partidos no governo. Um exemplo dessa variação pode ser percebido nos dados levantados em uma pesquisa realizada em 2002, cuja finalidade era traçar o perfil e as tendências do eleitorado brasileiro. Se tomarmos como exemplo duas maneiras de perguntar sobre a visão que os eleitores têm dos partidos, constata-se alteração no modo de classificá-los. Em uma amostra de 2.514 eleitores, foi perguntado a eles como classificariam os partidos entre esquerda e direita, em uma escala de 0 a 10, em que a maior pontuação corresponde à esquerda e a menor, à direita. Como podemos observar na Figura 10.5, o PT aparece como o partido mais à esquerda, com 7,01, e o PFL mais à direita, com 3,65 pontos.



● **Figura 10.5** Classificação dos partidos políticos no Brasil, quando o valor mais alto da escala corresponde ao partido mais de esquerda  
Fonte: Consórcio de Informações Sociais (2004).

Quando a mesma questão era formulada em sentido inverso, isto é, no ponto em que se requisitava que os valores mais altos fossem atribuídos ao partido mais à direita do sistema político e os valores mais baixos ao partido mais à esquerda, percebemos uma alteração da classificação no *continuum* entre direita e esquerda (Figura 10.6). Nesse caso, o partido identificado pela maioria dos respondentes como mais à esquerda foi o PDT, com 3,82 pontos, enquanto o PMDB passa a figurar como o mais à direita, com 6,36 pontos.



● **Figura 10.6** Classificação dos partidos políticos no Brasil, quando o valor mais baixo da escala corresponde ao partido mais de esquerda  
Fonte: Consórcio de Informações Sociais (2004).

### Onde Você se Encaixa?

Embora seja um fenômeno conhecido que a maneira como se formula uma pergunta afeta as respostas dos sujeitos da pesquisa, nosso exemplo parece revelar que a distinção entre esquerda e direita na sociedade brasileira não é tão nítida como pode parecer à primeira vista. Apesar disso, ainda se pode perceber certa consistência na identificação dos partidos de esquerda (PT, PDT e PTB) e de direita (PFL, PSDB, PMDB). Sendo assim, faz sentido supor que os brasileiros percebem que os diferentes partidos apóiam diferentes políticas, que essas políticas se localizam mais à esquerda ou mais à direita no sistema de classificação brasileiro e que, portanto, as políticas apoiadas por diferentes partidos têm efeitos distintos nos diferentes grupos de pessoas. Em outras palavras, em conformidade com a teoria dos recursos de poder, diferentes partidos tendem a ser apoiados por diferentes classes, grupos religiosos, raças e outros grupos. Você acha que seu partido preferido favorece a classe, o grupo religioso ou a raça aos quais você pertence? Se sim, como? Se não, por quê?

### Classe e Outras Clivagens Políticas

Na maioria das democracias ocidentais, um fator importante que distingue os partidos são as diferenças no apoio de *classe* (Korpi, 1983: 35; Lipset e Rokkan, 1967; Manza, Hour e Brooks, 1995). A tendência das pessoas de classes diferentes de votar em partidos distintos varia de um país para outro. A força dessa tendência depende de muitos fatores, sendo que um dos mais importantes refere-se a quão coesas e socialmente organizadas são as classes (Bym e Fox, 1989: 57-91; Bym, Gillespie e Lenton, 1989). Por exemplo, uma classe no topo da hierarquia que seja capaz de

criar organizações para apoiar candidatos conservadores e *lobbies* para apoiar leis conservadoras e mais poderosa que uma classe superior que não é capaz de realizar essas ações. Se uma classe superior realiza esses esforços, enquanto a classe trabalhadora não consegue se organizar, candidatos de direita têm mais possibilidade de serem eleitos e políticas conservadoras têm mais probabilidade de se transformar em lei. Da mesma forma, uma classe trabalhadora que seja capaz de sindicalizar muitos trabalhadores é mais poderosa de que uma classe com poucos trabalhadores sindicalizados. Isso ocorre porque os sindicatos frequentemente arrecadam mais dinheiro para o partido que se mostra mais simpático aos seus interesses. Além disso, eles estabelecem *lobbies* para defender os interesses dos membros e tentam convencê-los a votar no partido pró-sindicato. Se os trabalhadores se tornam mais sindicalizados e as classes superiores não conseguem se organizar, então os candidatos esquerdistas têm maior chance de serem eleitos. Assim, as políticas de esquerda têm mais probabilidade de se transformar em lei. Essa é a principal intuição da teoria dos recursos de poder: a habilidade de se transformar em poder. Mudanças na distribuição de poder entre as principais classes explicam, em parte, o destino dos diferentes partidos políticos e das diferentes leis e políticas públicas (Korpi, 1983; Esping-Andersen, 1990; O'Connor e Olsen, 1998; Shalev, 1983).

Podemos perceber como a teoria dos recursos de poder funciona ao examinar a Tabela 10.1. Essa tabela compara 18 países industrializados de democracia forte nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Aqui dividimos os países em três grupos. No primeiro grupo, incluímos países como a Suécia, em que os partidos socialistas estão no poder. No segundo grupo, encontramos países como a Austrália, no qual partidos socialistas *de vez em quando* controlam o governo ou dividem o controle dos mesmos. No terceiro grupo estão países como os Estados Unidos, em que os partidos socialistas nunca — ou raramente — dividem o controle dos governos. As médias dos grupos, na coluna dois, mostram que os partidos socialistas são geralmente mais bem-sucedidos nos países em que os trabalhadores são mais sindicalizados. As médias dos grupos nas colunas três

● Tabela 10.1 Algumas consequências do poder das classes trabalhadoras em 18 países industrializados ricos, 1946-1976

	Porcentagem da força de trabalho não-agrícola sindicalizada	Participação socialista no governo	Porcentagem da renda nacional total em relação aos 10% de maior renda	Porcentagem de pobres
Países majoritariamente socialistas	68,5	Alta	21,3	4,3
Países parcialmente socialistas	46,6	Média	23,5	7,8
Países majoritariamente não-socialistas	28	Baixa	28,3	10,8

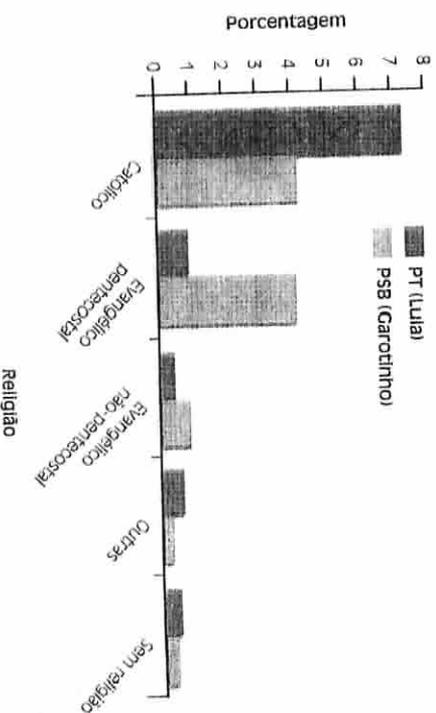
Fonte: adaptado de Korpi (1983: 40, 1981).

Nota: "Países majoritariamente socialistas" incluem a Suécia e a Noruega. "Países parcialmente socialistas" incluem a Austrália, a Dinamarca, a Bélgica, o Reino Unido, a Nova Zelândia e a Finlândia. "Países majoritariamente não-socialistas" incluem a Irlanda, Alemanha Ocidental, a Holanda, os Estados Unidos, o Japão, o Canadá, a França, a Itália e a Suíça. "Participação socialista no governo" refere-se à proporção de cadeiras, em cada ministério, ocupada por partidos socialistas com base na proporção de cadeiras no parlamento e na duração do ministério. "Participação de pobres" refere-se à porcentagem média da população vivendo em pobreza relativa de acordo com os padrões estabelecidos pela OCDE e cuja linha de pobreza é padronizada de acordo com o tamanho das famílias.

e quatro mostram que existem mais desigualdades econômicas nos países firmemente socializados e que não possuem governos socialistas. Em outras palavras, por meio de impostos e políticas sociais, os governos socialistas asseguram que os ricos ganhem uma porcentagem menor da renda nacional e que os pobres formem uma parcela menor da população. Estudos sobre aposentadoria, sistema de saúde e outros benefícios nos países industrializados ricos levam a conclusões semelhantes: de maneira geral, onde as classes trabalhadoras são mais organizadas e poderosas, as pessoas com menos vantagens estão em melhor situação do que em países onde não ocorre (Myrles, 1989 [1984]; O'Connor e Bryn, 1988; Olsen e Bryn, 1996; Korpi e Palme, 2003).

A classe não é o único fator que distingue os partidos. Historicamente, a *religião* também tem sido uma base importante para diferenças partidárias. Por exemplo, nos países europeus ocidentais com grandes populações de católicos — como a Suíça e a Bélgica —, os partidos se diferenciavam parcialmente pela filiação religiosa de seus eleitores.

A influência religiosa sempre esteve presente na política brasileira. Na Colômbia e no Império, não havia uma separação entre Igreja Católica e Estado, um sistema que se tornou conhecido como *padroado*. Somente na Constituição da República de 1890 formalizou-se a separação entre o Estado e a Igreja. No entanto, ao longo da República, a Igreja Católica manteve uma aliança tática com o Estado brasileiro, rompidas no período do regime militar. Nesse novo contexto, a Igreja Católica se afastou do Estado e se aproximou da sociedade civil, tendo papel significativo no processo de redemocratização e no fim do regime militar, como já mencionamos. Foi também nesse período que houve um crescimento significativo da presença de igrejas evangélicas, em particular pentecostais, assim como de outras religiões não ligadas à tradição cristã. Na atualidade, constata-se a presença de diferentes tendências religiosas nas discussões do Congresso Nacional, particularmente em torno de temas como aborto, pesquisa com células-tronco, entre outros, o que se tem evidenciado também nas eleições das últimas duas décadas. Como ilustração desse fato, em uma pesquisa de intenção de voto para o primeiro turno das eleições de 2002, comparando apenas as preferências em relação a dois candidatos à presidência da República, evidenciou-se que entre os eleitores do candidato do PSB, Garotinho, a presença de evangélicos pentecostais era maior que entre os eleitores do candidato do PT, Lula (Figura 10.7).



● Figura 10.7 Influência da religião na preferência dos eleitores de Lula e Garotinho no primeiro turno da eleição para presidente da República, em 2002

Fonte: Consórcio de Informações Sociais (2004).

Em décadas recentes, a *raça* tem se tornado um fator de divergência cada vez mais importante em alguns países. Nos Estados Unidos em particular, afro-americanos têm apoiado predominantemente o partido democrata desde os anos de 1960 (Brooks e Manza, 1997). A raça também tem desempenhado um papel cada vez maior na divisão da política francesa devido à grande imigração árabe da Argélia, do Marrocos e da Tunísia, desde os anos de 1950, acompanhada de um crescente sentimento antiimigração por parte de uma minoria substancial de brancos (Vengeler, 1997).

Por fim, uma fissura de *gênero* tem aumentado em alguns países, em especial nos Estados Unidos. Dessa forma, eleitores masculinos escolheram George W. Bush por uma margem de 11% na eleição presidencial de 2000, enquanto as eleitoras preferiram Al Gore com o mesmo percentual ("Gore-Bush Race...", 2000). A teoria dos recursos de poder se concentra principalmente nas mudanças na distribuição de poder entre as classes altas e as classes trabalhadoras e como essas mudanças afetam as eleições. Entretanto, pode-se também usar essa teoria para analisar o sucesso eleitoral de partidos que atraem diferentes grupos religiosos, de gênero, de raça e assim por diante.

### Teoria Centrada no Estado

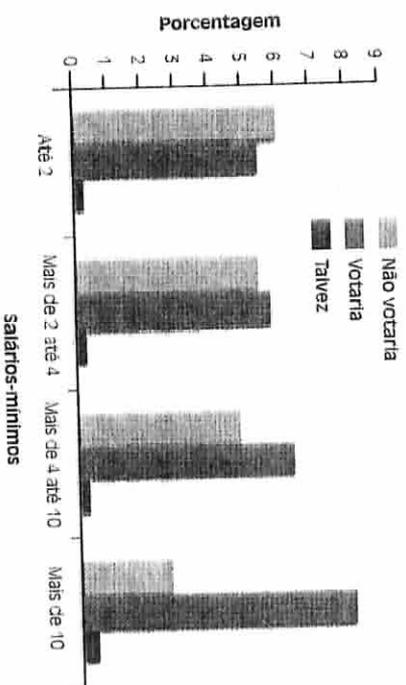
A política democrática é uma disputa entre várias classes, grupos religiosos, raças e outras coletividades para controlar o Estado e, assim, obter determinadas vantagens. Quando o poder é substancialmente redistribuído devido a fatores como mudanças na coesão dos grupos sociais, os partidos dominantes antigos caem e novos partidos assumem o poder.

Observe, entretanto, que uma estratégia que só beneficiasse os vencedores seria uma insensateza. Se os partidos vencedores votassem leis que beneficiassem apenas seus partidários, poderiam gerar a indignação pública e até uma oposição violenta. Ainda assim, seria má ideia permitir que os opositores ao governo ficassem irados, determinados e se organizassem — afinal de contas, os vencedores querem mais do que apenas um momento de glória: querem ser capazes de usufruir as vantagens do poder por longo período. Para conseguir estabilidade, eles devem dar aos que perderam as eleições uma voz no governo. Dessa maneira, mesmo os oponentes mais decididos provavelmente reconhecerão a legitimidade do governo. Os pluralistas, portanto, estão certos quando dizem que a política democrática diz respeito à colaboração e aos acordos. O que eles parecem não conseguir enxergar corretamente é a maneira pela qual a colaboração e os acordos propiciam mais vantagens a uns do que a outros, tal como os teóricos da elite e os das teorias dos recursos de poder enfatizam.

Existe, contudo, mais elementos envolvidos na política do que conflitos entre classes, grupos religiosos, raças etc. Theda Skocpol e outros defensores da **teoria centrada no Estado** mostram como o próprio Estado pode estruturar a vida política, não importa como o poder esteja distribuído em um dado momento (Block, 1979; Skocpol, 1979; Evans, Rueschmeyer e Skocpol, 1985). Seus argumentos representam um complemento valioso para a teoria dos recursos de poder.

A fim de ilustrar como as estruturas do Estado se moldam à política, consideremos um elemento da política brasileira: a obrigatoriedade do voto. Sabemos que, segundo a legislação eleitoral brasileira, o voto é obrigatório para todos os cidadãos de 18 a 65 anos, sendo facultativo para jovens de 16 e 17 anos e idosos com mais de 65. A obrigatoriedade do voto confere determinadas características à ação política. O relativo baixo índice de abstenção nas eleições brasileiras é resultado da estrutura política brasileira, e não da distribuição de poder em um dado momento. Por

exemplo, no primeiro turno das eleições de 2002, 17,7% dos eleitores não compareceram às urnas. Caso a legislação não prevísse o voto obrigatório, o percentual de abstenções seria certamente outro. Em uma pesquisa por amostragem sobre diversos aspectos da política no Brasil, ao serem perguntados se votariam se o voto não fosse obrigatório, 45,2% dos entrevistados responderam que não votariam (Consortio de Informações Sociais, 2004). Esse percentual também se diferencia se considerarmos as faixas de renda. Conforme mostra a Figura 10.8, entre os entrevistados de baixa renda o percentual daqueles que afirmaram que não votariam, se o voto não fosse obrigatório, seria maior do que nas faixas de maior renda.



● **Figura 10.8** Votantes e não-votantes se o voto não fosse obrigatório no Brasil, de acordo com a renda  
Fonte: *Consortio de Informações Sociais* (2004).

Como afirma o sociólogo americano Seymour Martin Lipset:

*Quando o índice de votos é baixo, isso quase sempre significa que os grupos social e economicamente menos favorecidos são sub-representados no governo. A combinação de um baixo índice de votos e de uma relativa falta de organização entre os grupos de menor status significa que tais grupos serão negligenciados por parte dos políticos que serão receptivos aos desejos dos estratos mais privilegiados, participativos e organizados.* (Lipset, 1981 [1960]: 226-7)

Resumindo, caso o voto no Brasil não fosse obrigatório, o sistema político brasileiro seria provavelmente menos sensível às necessidades das classes menos abastadas.

Em toda democracia, existem leis especificando os procedimentos eleitorais. Em muitos países, os cidadãos são automaticamente habilitados a votar quando recebem suas carteiras de identidade, aos 16 ou 18 anos de idade. Em outros países, funcionários públicos vão de porta em porta antes de cada eleição e registram os eleitores. Nos Estados Unidos, os cidadãos devem tomar a iniciativa de se registram em centros de registro de eleitores, o que faz com que muitos não votem ou não se registrem. Como resultado, os Estados Unidos têm uma proporção de eleitores muito menor que outros países democráticos. Como sugere a teoria centrada no Estado, um

efeito disso é que o voto acaba sendo negado a muitas pessoas que se encontram na base da estrutura econômica.

### Alterando as Estruturas do Estado

Em geral, as estruturas do Estado resistem à mudança. A *Constituição* estabelece seus fundamentos e apenas uma grande maioria de deputados federais e de legisladores estaduais consegue alterá-la. As *leis* dão sustentação às estruturas do Estado, sendo que algumas delas ajudam a manter ao largo forças sociais potencialmente destrutivas. Como vimos a obrigatoriedade do voto é um desses casos. A *ideologia* reforça toda a estrutura: todos os Estados criam hinos, bandeiras, cerimônias, celebrações, eventos esportivos e currículos escolares para estimular o patriotismo e justificar, ao menos em parte, os arranjos políticos existentes.

A despeito desses fundamentos, sustentáculos e reforços, algumas vezes, grandes choques reorientam as políticas públicas e provocam grandes mudanças nos padrões de votação. Isso pode ser percebido na evolução dos eleitores na sociedade brasileira, em que determinados eventos marcaram esse desenvolvimento. Observando mais uma vez a Figura 10.4, podemos identificar certos momentos em que houve um crescimento efetivo do eleitorado. Por exemplo, na década de 1930, depois na década de 1940 e finalmente na década de 1980, momentos esses relacionados a processos de mudança política. A Revolução de 1930, a redemocratização do pós-Segunda Guerra Mundial, interrompida com o golpe de 1964, e a redemocratização iniciada na década de 1980, quando se reconheceu o direito do voto também dos analfabetos.

### Resumindo

Sintetizando nossos principais pontos, a sociologia política evoluiu muito desde os anos de 1950. Cada uma das principais teorias trouxe contribuições importantes para a análise da vida política (Tabela 10.2). Os pluralistas nos ensinam que a democracia diz respeito a acordos e à colaboração

► Tabela 10.2 Quatro teorias da democracia comparadas

	Pluralismo	Elites	Recursos de poder	Centrada no Estado
Como o poder é distribuído?	Disperso	Concentrado	Concentrado	Concentrado
Quem são os principais detentores do poder?	Diversos grupos	Elites	Classes altas	Funcionários públicos
Qual é a base do seu poder?	Cargo político	Controle das principais instituições	Propriedade substancial de capital	Cargo político
Qual é a principal base das políticas públicas?	Vontade de todos os cidadãos	Interesses das principais elites	Equilíbrio de poder entre classes, grupos religiosos etc.	Influência das estruturas do Estado
As classes mais baixas têm muita influência política?	Sim	Não	As vezes	As vezes

em prol dos interesses de todos os grupos. A teoria das elites ensina que o poder se concentra nos grupos de maior *status* e cujos interesses tendem a determinar o sistema político. A teoria dos recursos de poder mostra que, a despeito da concentração de poder na sociedade, ocorrem mudanças substanciais na distribuição do poder e essas mudanças têm grande influência nos padrões de voto e nas políticas públicas. Por fim, a teoria centrada no Estado ensina que, a despeito da influência da distribuição do poder na vida política, as estruturas do Estado também exercem um importante papel na política.

Agora, passaremos a um exame do desenvolvimento histórico da democracia, suas bases sociológicas e seu futuro.

## III O Futuro da Democracia

### Viva a Democracia Russa — História Pessoal

Em 1989, o Instituto de Sociologia da Academia Russa de Ciências convidou Robert Brym e outros nove sociólogos para participar de uma série de seminários em Moscou. Os seminários foram planejados de forma a familiarizar alguns dos principais sociólogos da ex-União Soviética com a sociologia ocidental, pois o país se encontrava em meio a grandes mudanças: o totalitarismo estava se desintegrando e abrindo espaço para a democracia. Os sociólogos soviéticos nunca tinham tido liberdade para ler e pesquisar o que queriam e agora estavam ansiosos para aprender algo com os sociólogos de outras partes do mundo (Brym, 1990).

Pelo menos, era isso o que parecia. Certa noite, cerca de uma dúzia de sociólogos estavam sentados em torno de uma mesa, comparando os méritos do uísque canadense e da vodca russa. Em pouco tempo, o rumo da conversa mudou para a política russa. "Vocês devem estar muito excitados com as mudanças que estão ocorrendo por aqui, não é?" Robert disse para seus anfitriões. "Quanto tempo acham que vai demorar até que a Rússia tenha eleições multipartidárias? Vocês acham que a Rússia vai se tornar uma democracia liberal, como os Estados Unidos, ou uma democracia social, como a Suécia?"

Um sociólogo russo de cabelos brancos levantou-se vagarosamente. Seus colegas o chamavam de "dinossauro" pelas costas. Logo ficou claro o porquê. "Nikoláev", ele disse, de maneira calma, mas enfática — "nunca". "Nikoláev", ele repetiu, com a voz se elevando no tom, no volume e na ênfase. Depois, por cerca de um minuto, ele explicou que o capitalismo e a democracia nunca fizeram parte da história da Rússia. "O povo russo", afirmou, "não quer uma sociedade capitalista livre. Nós sabemos que 'livre' significa que os poderosos são livres para competir de maneira injusta com os oprimidos, explorá-los e criar desigualdades sociais".

Todos os outros discordaram do "dinossauro", no todo ou em parte. Como não tínhamos a intenção de acirrar ainda mais os ânimos, mudamos de assunto e voltamos a falar sobre temas mais amenos. Depois de 15 minutos, alguém nos lembrou que tínhamos de acordar cedo para os seminários do dia seguinte. Assim, a noite terminou e suas grandes questões ficaram sem resposta.

Hoje, mais de 15 anos depois, as grandes questões da política russa continuam sem resposta. No entanto, parece que havia algo de verdadeiro no discurso do sociólogo russo. A Rússia teve suas primeiras eleições multipartidárias em 1991. As pesquisas mostraram que os russos preferiam

a democracia a todos os outros tipos de governo; entretanto, o apoio à democracia diminuiu muito quando a economia entrou em colapso.

Antigamente, os preços eram tabelados pelo governo. Depois da abertura política, o governo permitiu que os preços flutuassem em níveis estabelecidos pelo mercado, o que fez com que se elevassem de 10 a 12 vezes em um período de apenas um ano. Muitas empresas fecharam porque eram muito ineficientes para permanecer no mundo dos negócios sob as condições do mercado, o que levou a uma taxa de desemprego de cerca de 20%. Mesmo quando o governo possibilitava a sobrevivência de certas empresas por meio de subsídios, o pagamento dos salários era irregular. Algumas vezes, os trabalhadores passavam meses sem receber o salário. Muitos russos mal conseguiram sobreviver de acordo com estimativas do governo, 39% da população vivia abaixo da linha de pobreza em 1999.

No outro extremo, negócios lucrativos e propriedades imobiliárias valiosas, antes pertencentes ao Estado, foram vendidos para indivíduos e companhias privadas. O grosso dos privilégios ficou reservado aos membros mais antigos do Partido Comunista e dos sindicatos do crime organizado. Esses foram os únicos dois grupos com dinheiro e informações suficientes para obter vantagens das vendas. Diz-se que Moscou tem mais automóveis da Mercedes-Benz *per capita* do que qualquer outra cidade do mundo. No ano de 1994, os 10% mais ricos da população russa ganharam mais de 15 vezes mais do que os 10% mais pobres. O nível de desigualdade na Rússia é hoje um dos maiores do mundo (Brym, 1996a; 1996b; 1996c; Gerber e Hour, 1998; Fandelman, 1995; Remnick, 1998).

O sentimento democrático enfraqueceu à medida que as condições econômicas foram piorando (Whitefield e Evans, 1994). Nas eleições de 1995 e 1996, o apoio aos partidos democráticos foi praticamente nulo, enquanto o apoio aos partidos comunistas e nacionalistas de extrema direita foi muito expressivo (Brym, 1995; 1996d). Pesquisas conduzidas em nível nacional em 38 países, entre 1995 e 1997, mostraram que até 97% dos cidadãos de alguns países consideravam a democracia como a forma ideal de governo. Nessas pesquisas, a Rússia aparecia em último lugar, com menos 51% (Klingemann, 1999). A democracia possibilitou que algumas pessoas enriquecessem em detrimento da maioria dos russos. Assim, muitos cidadãos associavam a democracia não com a liberdade, mas com o sofrimento.

As instituições políticas da Rússia referem a fragilidade de sua democracia. O poder é quase que totalmente concentrado nas mãos do presidente e os poderes Legislativo e Judiciário não atuam como freios para o Poder Executivo. Apenas um pequeno número de cidadãos russos é filiado a partidos políticos e os níveis de votação são baixos. Grupos étnicos minoritários são às vezes tratados de maneira cruel e arbitrária. Assim como ocorreu com a maioria dos países cuja história recente é marcada pelo autoritarismo ou pelo totalitarismo, inclusive o Brasil, a democracia russa ainda tem um longo caminho a percorrer antes de poder ser comparada a muitas democracias dos países industrializados ricos.

A despeito das características particulares do caso russo, o sucesso limitado da democracia naquele país levanta uma questão importante e que pode ajudar a iluminar alguns problemas existentes na política brasileira: quais condições sociais devem existir para que um país possa se tornar plenamente democrático? É essa a questão que tentaremos responder mais adiante. A fim de obtermos uma visão em perspectiva, consideremos inicialmente as três ondas democráticas que varreram o mundo nos últimos 175 anos (Huntington, 1991: 13-26) (Figura 10.9).

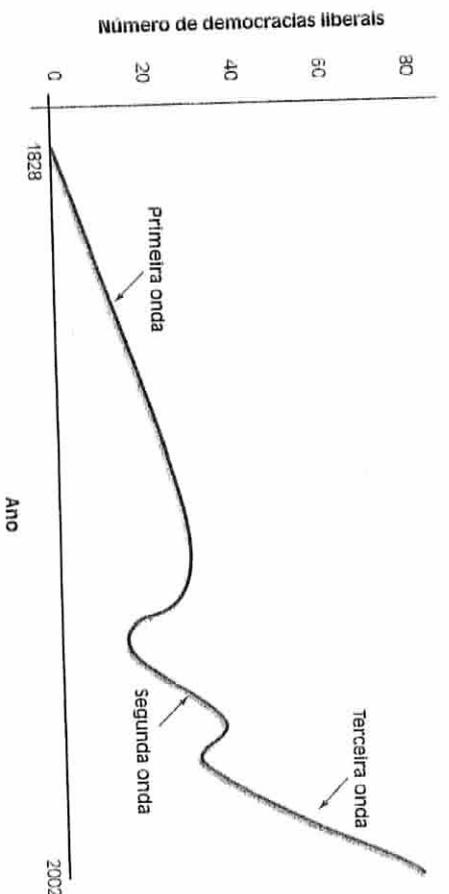


Figura 10.3 As três ondas de democratização, 1828-2002

Fonte: Diamond (1996: 28); Huntington (1991: 26); Marshall e Gurr (2003: 17).

### As Três Ondas de Democratização

A primeira onda de democratização começou quando mais da metade dos homens brancos adultos dos Estados Unidos foi considerada apta a votar na eleição presidencial de 1828. Em 1926, 33 países dispunham de instituições minimamente democráticas. Esses países incluíam a maior parte da Europa Ocidental, os domínios ingleses (Austrália, Canadá e Nova Zelândia), o Japão e quatro países latino-americanos (Argentina, Colômbia, Chile e Uruguai). Entretanto, exatamente como uma ressaca começa quando uma onda oceânica retrocede, um retrocesso democrático ocorreu entre 1922 e 1942, quando movimentos fascistas, comunistas e militaristas fizeram com que dois terços das democracias do mundo caíssem sob o jugo de regimes autoritários ou totalitários.

No Brasil, a formação do Estado republicano teve início com a Proclamação da República (1889) e a promulgação da primeira Constituição republicana em 1891. Todavia, esse marco político não representou a efetiva introdução do país na via democrática. Entre 1889 e 1930, as oligarquias políticas que detinham o poder durante o Período Imperial (1822-1889) permaneceram no comando, não deixando espaço para uma participação mais ativa de outros setores da sociedade na vida política. Esse período de dominação oligárquica ficou conhecido como "República Velha". Em 1930, Getúlio Vargas tomou o poder por meio de um golpe de Estado e nele permaneceu durante 15 anos, oito dos quais sob um regime ditatorial denominado "Estado Novo". Durante o Estado Novo, ocorreu um processo de burocratização e racionalização do Estado, foram aprovadas as leis que regulamentavam a vida do trabalhador, mas a participação política permaneceu limitada, a capacidade de organização dos partidos e dos sindicatos ficou restrita, os partidos de esquerda foram considerados ilegais, houve perseguição, prisões etc. No lugar da velha política oligárquica, insurtiu-se uma política tão centralizada quanto aquela e fundamentada no populismo representado pelo carisma de Getúlio Vargas, o "pai dos pobres". Podemos dizer que mesmo

existindo instituições democráticas, como eleições parlamentares, o poder das oligarquias manteve-se hegemônico durante os primeiros 50 anos da República, controlando e limitando a participação de outros atores, em especial os trabalhadores, na vida política nacional. Isso excluiu o Brasil da primeira onda de democratização.

A segunda onda de democratização ocorreu entre 1943 e 1962. A vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial fez a democracia retornar a muitos dos governos derrotados, incluindo a Alemanha Ocidental e o Japão. O começo do fim do domínio colonial levou a democracia a algumas nações da África e de outros lugares. Alguns países latino-americanos, inclusive o Brasil, com o fim da era Vargas, constituíram democracias limitadas e instáveis. Nessa segunda onda democrática, o Brasil passou por um período de grandes transformações: Embora não se possa falar de uma liberdade plena, houve intensa efervescência política entre 1946 e 1964. Multiplicaram-se os movimentos sociais e a participação organizada de diferentes setores da sociedade passou a ecoar na atividade política. São exemplos dessa participação: a Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, a campanha em defesa da nacionalização do petróleo ("O Petróleo é Nosso"), os movimentos pela reforma agrária, entre eles as Ligas Camponesas no Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra, no sul do Brasil, e o movimento pelas Reformas de Base. Entretanto, já no final dos anos de 1950, a segunda onda se esgotou e o mundo se viu no meio de uma segunda reversão democrática. Ditaduras militares substituíram muitas democracias na América Latina, na Ásia e na África. Um terço das democracias de 1958 era de regimes autoritários em meados dos anos de 1970. No Brasil e na América Latina, os regimes militares encontraram apoio por parte dos governos dos Estados Unidos. O regime ditatorial que se instaurou no Brasil de 1964 a 1988 foi marcado por desestruturação das organizações políticas dos setores sociais independentes, dissolução dos partidos políticos e instauração do bipartidarismo, da censura, da repressão e da tortura.

A terceira e maior onda de democratização começou em 1974, com a queda das ditaduras militares em Portugal e na Grécia, e atingiu seu apice no início dos anos de 1990. No sul e no leste da Europa, na América Latina, na Ásia e na África, uma série de regimes autoritários caiu. Em 1991, o comunismo soviético desmoronou. Em 1995, 117 dos 191 países do mundo eram democracias, no sentido de que seus cidadãos podiam escolher seus representantes em eleições competitivas e regulares. Isso totaliza 61% dos países do mundo, compreendendo 55% da população mundial (Diamond, 1996: 26).

A década de 1980, no Brasil, foi considerada a década da redemocratização. O processo de abertura política ("abertura lenta, gradual e segura", como costumava dizer o general Figueiredo, último presidente militar do período) teve início em 1979, com a volta dos exilados políticos (Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Fernando Gabeira, entre outros). Nesse mesmo ano, ocorreram as importantes greves dos metalúrgicos na região industrial do ABC paulista. Em 1980, foi criado o Partido dos Trabalhadores, aglutinando diversas forças de esquerda. O ano de 1984 foi memorável pela campanha das "Diretas Já", que mobilizou a população em favor da realização de eleições diretas para presidente da República. Embora a campanha não tenha sido vitoriosa — pois o primeiro presidente civil pós-1964, Tancredo Neves, foi eleito pelo Colegió Eleitoral —, ela representou um importante marco nas conquistas democráticas que se seguiram, com a realização da Assembleia Nacional Constituinte, instaurada em 1987. A participação popular, com a apresentação de "emendas populares", foi uma das características mais importantes do processo de elaboração da nova Constituição. A promulgação da Constituição em outubro de 1988 deu início a uma nova fase da democracia no Brasil.

Entretanto, a terceira onda parece menos dramática se levarmos em conta que esses números se referem a **democracias formais** — países com eleições competitivas regulares. Muitos desses países não são **democracias liberais**, isto é, assim como a Rússia, eles não têm liberdade e proteções constitucionais que tornem significativas a participação e a competição política. Por exemplo, em democracias formais, mas não liberais, pode ocorrer de um grau substancial de poder político estar nas mãos de um militar que não é particularmente afetado pelo partido no poder. Pode ser que determinados grupos culturais, étnicos, religiosos ou regionais não possam participar das eleições. Os poderes Legislativo e Judiciário não imponham limites suficientes para o Poder Executivo. Os dados podem não gozar de liberdade de expressão, de reunião e de organização, mas, ao contrário, podem estar sujeitos a prisões ilegais, ao exílio, ao terror e à tortura. No fim de 1995, 40% dos países do mundo eram democracias liberais; 21% eram democracias formais ou não-liberais e 39% não eram democracias (Diamond, 1996: 28). O número de democracias liberais no mundo diminuiu cerca de 2% entre 1991 e 1995. Algumas democracias recentes, incluindo países grandes e regionalmente influentes como a Rússia, a Nigéria, a Turquia e o Paquistão, sofreram declínio nas liberdades e nas proteções. A terceira onda, parece, estava diminuindo (U.S. Information Agency, 1998-1999).

No Brasil, podemos dizer que o estatuto da democracia tem variado entre os tipos aqui mencionados, de uma democracia mais liberal ou mais formal, de acordo com as transformações sofridas na conjuntura político-nacional anteriormente mencionadas.

### AS Pré-Condições Sociais da Democracia

Democracias liberais emergem e perduram quando os países gozam de um considerável crescimento econômico, de industrialização, de urbanização, do aumento da alfabetização e de um declínio na desigualdade econômica (Huntington, 1991: 39-108; Lipser, 1981 [1960]: 27-63, 469-76; Moore, 1967; Rueschmeyer, Stephens e Stephens, 1992; Zakaria, 1997). O desenvolvimento econômico possibilita o surgimento de classes trabalhadoras e médias grandes e bem organizadas, alfabetizadas e com boa condição social. Quando essas classes se tornam suficientemente poderosas, suas reivindicações por direitos civis e pelo direito de votar e ser votado têm de ser reconhecidas. Se as classes trabalhadoras e médias não têm seus direitos políticos garantidos, derrubam reis, rainhas, aristocracias fundiárias, generais e políticos autoritários por meio de revoluções. Em contraste com isso, as democracias não surgem onde aquelas classes são fracas demais para obter grandes concessões políticas por parte de autoridades pré-democráticas. Em casos intermediários — em que, por exemplo, os militares de um país são quase tão poderosos quanto as classes operárias e médias —, a democracia é precária e, frequentemente, apenas formal. A história das democracias instáveis é, em grande medida, a história de golpes militares internos (Germani e Sivert, 1961).

Independientemente das condições socioeconômicas já referidas, circunstâncias políticas e militares extremas ajudam as democracias liberais a perdurar. Democracias liberais, mesmo as formais, como é o caso da França, desmoronam quando são derrotadas por regimes e impérios fascistas, comunistas e militares e renascem quando alianças democráticas vencem guerras mundiais e impérios autoritários se desfazem. Formas menos coercitivas de intervenção política externa algumas vezes também são efetivas. Por exemplo, nos anos de 1970 e 1980, a União Europeia ajudou a democracia liberal na Espanha, em Portugal e na Grécia, integrando esses países na economia da Europa Ocidental e proporcionando-lhes sólida ajuda econômica.

Em resumo, Estados nacionais estrangeiros poderosos e pró-democráticos, assim como a existência interna de classes trabalhadoras e médias prósperas, são as melhores garantias de democracias liberais. Isso significa que a democracia liberal se espalhará por países em desenvolvimento apenas se eles prosperarem economicamente e puderem obter o apoio de grandes potências mundiais que funcionem como o centro da democracia liberal.

Parte do problema é que, frequentemente, essas condições são contraditórias. Nesse sentido, embora se deva reconhecer a importância das comunidades transnacionais, como a União Europeia, ou mesmo de países como os Estados Unidos, na promoção da democracia em muitas partes do mundo, não se deve perder de vista dois fatos importantes. Em primeiro lugar, países como os Estados Unidos nem sempre são amigos da democracia. Por exemplo, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o colapso da União Soviética em 1991, os regimes democráticos simpáticos à União Soviética eram frequentemente desestabilizados pelos Estados Unidos e substituídos por governos antidemocráticos. Não se pode esquecer o papel de líderes americanos que promoveram a exportação de armas e outras formas de apoio a regimes antidemocráticos, incluindo o treinamento de torturadores, no Iraque, no Chile, no Brasil, na Argentina, na Guatemala, na Nicarágua e em outros países, apenas porque esses líderes acreditavam que era de interesse político e econômico que os Estados Unidos apoiassem tais regimes.

Em segundo lugar, o fato de que países como os Estados Unidos ou o Reino Unido tentem promover a democracia em algumas partes do mundo não significa que a democracia liberal tenha atingido seu potencial pleno nesses países. Desigualdades sociais substanciais ainda impedem uma participação e uma influência política plena por parte dos grupos em desvantagem. Além disso, a falta de informação e o papel dos meios de comunicação de massa na disseminação de ideologias que escondem os verdadeiros interesses econômicos que movem as grandes intervenções militares em países supostamente antidemocráticos muitas vezes impedem uma participação política consciente por parte dos cidadãos daqueles países. Um exemplo recente desse fenômeno refere-se à Guerra do Iraque. A intervenção militar americana naquele país (2003) foi baseada na suposta existência de armas de destruição em massa que não se confirmou. O ataque foi realizado com o apoio da maior parte da população americana, fortemente influenciada pelos meios de comunicação de massa e por uma política de controle e censura às opiniões críticas às ações bélicas do Estado americano.

Alguns estudiosos acreditam que o envolvimento político dos cidadãos americanos tende a aumentar com a tecnologia da informação. Computadores domésticos conectados à internet poderiam possibilitar que determinados assuntos fossem debatidos e votados pelos cidadãos, e isso poderia fornecer aos políticos uma ideia bastante clara sobre como as políticas públicas deveriam ser conduzidas. Algumas pessoas acreditam que, em uma era em que a participação política americana diminui cada vez mais, os computadores poderiam reavivar a democracia americana. A opinião pública poderia, então, se transformar em lei (Westen, 1998).

Tira-se de uma visão grandiosa, mas fundamentalmente equivocada. Cientistas sociais conduziriam mais de uma dúzia de experimentos naquele país com espécies de reuniões eletrônicas públicas. Eles mostraram que, mesmo que a tecnologia necessária para esses encontros estivesse disponível a todos os cidadãos, o interesse popular é tão limitado que não mais do que um terço da população participaria (Arrerón, 1987).

Experiências subsequentes apóiam essa conclusão. As pessoas que têm maior probabilidade de se envolver na democracia eletrônica são aquelas que têm acesso a computadores pessoais e à internet. Essas pessoas tendem a formar um grupo privilegiado e politicamente envolvido e não são representativas de nenhuma população, nem mesmo da população americana.

Apesar disso, a tecnologia da informação tem atuado como uma arma poderosa no sentido de garantir alguns procedimentos minimamente democráticos, em especial no Brasil, onde as fraudes eleitorais eram frequentes. No final da década de 1980, ocorreram tentativas isoladas de voto utilizando-se máquinas. Os resultados das primeiras experiências determinaram que, além da possibilidade de eliminação de algumas vulnerabilidades, existia a vantagem do tempo necessário à apuração e à contagem dos votos. No primeiro turno das eleições de 2002, apenas em 0,2% das seções a votação foi manual (Tribunal Superior Eleitoral, 2002). Os avanços provocados pela modernização das eleições brasileiras foram importantes para a eliminação de algumas fraudes provocadas pelo sistema de votação e apuração manual. Isso não significa que não seja um sistema vulnerável — o que implica transparência e que o sistema esteja sujeito à fiscalização e à auditoria para que o resultado computado expresse o desejo do eleitorado. Isso, no entanto, não resolve o problema da participação política no Brasil, principalmente no que se refere aos grupos que se encontram na base da hierarquia social.

Talvez a solução para esse problema deva partir de fora dos processos eleitorais, isto é, dos movimentos sociais, uma vez que os movimentos sociais contemporâneos ampliam as possibilidades de participação dos grupos para além do processo eleitoral, propiciando o desenvolvimento de uma cultura democrática (ver o Capítulo 15, "Ação Coletiva e Movimentos Sociais"). O desenvolvimento de uma democracia liberal plenamente operante no Brasil requer não apenas uma diminuição substancial das desigualdades sociais mas também algumas daquelas "pequenas rebeliões" mencionadas por Thomas Jefferson a que nos referimos no início deste capítulo. A fim de refletir melhor sobre essa possibilidade, você pode começar tentando responder a algumas questões correlatas: quais são os grupos mais prováveis para liderar essas rebeliões? Sob que circunstâncias essas rebeliões podem surgir? Em que medida você apoiaria ou se oporia a elas? Por quê?

### III Formas Alternativas de condução da política

#### Guerras

A participação em movimentos sociais não é a única maneira de se ajustar das normas da política eleitoral a fim de mudar a sociedade. Concluiremos nossa discussão considerando formas alternativas de condução da política: a guerra, o terrorismo e a violência urbana.

Uma guerra é um conflito armado violento entre grupos políticos distintos que lutam para proteger ou para aumentar seu controle sobre um território. A humanidade passou muito de sua história se preparando para a guerra, lutando em uma ou se recuperando dela. Assim, de acordo com a historiografia, a guerra ocorreu cerca de 14 mil vezes entre aproximadamente 3600 a.C. e a atualidade. As guerras mataram cerca de um bilhão de soldados e dois bilhões de civis — aproximadamente 3% da população nascida nos últimos 5.600 anos. (Tira-se de uma subestimativa,

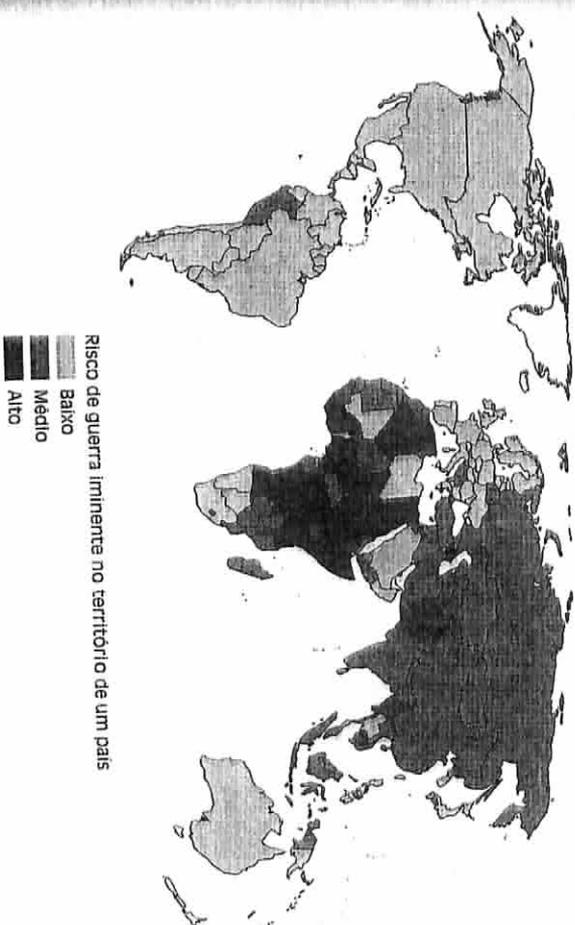
uma vez que necessariamente ignora os conflitos armados entre os povos de tradição histórica oral.) As guerras se tornaram mais destrutivas com o tempo, devido ao desenvolvimento da tecnologia de destruição humana. Assim, o século XX representa apenas 1,7% do tempo desde o início da história documentada da guerra, mas a ele diz respeito cerca de 3,3% das mortes civis e militares devido a guerras. Cerca de cem milhões de pessoas morreram nas guerras do século XIX (Beer, 1974; Brzezinski, 1993; Haub, 2000).

A guerra é dispendiosa e o país que lidera o *ranking* com gastos militares é os Estados Unidos. Com cerca de 4,5% da população mundial, os gastos militares desse país representam cerca de um terço dos gastos militares do mundo. Os Estados Unidos também são o país que lideram a exportação de armas no mundo, com cerca de 60% do mercado mundial de armamentos. Em seguida está o Reino Unido (12% da exportação de armas no mundo), a França (11%) e a Rússia (4%) (U.S. Census Bureau, 2001: 327; 2002c: 860).

As guerras podem ocorrer entre países (guerras internacionais) ou no seio deles (guerras civis). Um tipo especial de guerra internacional é a guerra colonial, que envolve uma colônia se engajando em um conflito armado contra uma potência imperial a fim de conquistar sua independência. No entanto, desde os anos de 1950, a maioria dos conflitos armados no mundo diz respeito a guerras civis e não a guerras internacionais. Hoje em dia os países raramente entram em guerra uns com os outros. É mais comum eles se engajarem em guerras internas à medida que grupos políticos rivais lutam pelo controle do Estado ou tentam se libertar e formar Estados independentes. Não deixe que os meios de comunicação de massa distorciam sua percepção das guerras globais. Guerras como a que ocorreu entre os Estados Unidos e o Iraque em 2003 representam um percentual insignificante no total dos conflitos armados que ocorrem no mundo, embora recebam grande atenção da mídia. Guerras como a que ocorre na República Democrática do Congo dão conta de quase totalidade dos conflitos armados no mundo, embora essas guerras recebam pouca atenção por parte da mídia. A fim de que você possa ter uma ideia mais clara, enquanto a guerra entre os Estados Unidos e o Iraque registrou cerca de 7 mil mortes civis e militares em um conflito que durou seis semanas, a guerra civil na República Democrática do Congo vem se arrastando desde 1998 e, em 2003, contabilizava cerca de 3,5 milhões de mortes ("Iraq Body Count", 2003; "Three Million Dead...", 2003).

O risco de guerra varia de país para país (Figura 10.10), mas quais fatores determinam o risco de guerra no território de um dado país? A Figura 10.11 ajuda a responder essa questão. Ela classifica os países do mundo por tipo de governo e nível de prosperidade. Os tipos de governo incluem democracia, autocracia (governo absoluto imposto por uma única pessoa ou partido) e "formas intermediárias". As formas intermediárias de governo incluem alguns elementos da democracia (por exemplo, ocorrência de eleições regulares) e alguns elementos da autocracia (por exemplo, pouco controle institucional sobre o poder presidencial). Nesse gráfico, o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) serve como indicador do nível de prosperidade. O gráfico divide os países do mundo em quartis por PIB *per capita*.

De acordo com nossa discussão prévia sobre as pré-condições sociais da democracia, a democracia é mais comum e a autocracia é menos comum em países prósperos. Particularmente interes-



● **Figura 10.10** Risco de guerra iminente no território de um país, 2002

Fonte: Marshall e Jaur (2003). Usado com permissão da editora.  
 Nota: Os dados neste mapa referem-se a 199 e 199 países com população mínima de 500 mil habitantes e com pelo menos 500 mortes documentadas relacionadas a guerras entre 1946 e 2002. As chances de um país evitar uma guerra em seu próprio território são altas se ele não tem uma história recente de conflito armado; se tem o controle sobre grupos internos que visam se separar e formar seu próprio país; se mantém instituições democráticas; se goza de estabilidade econômica e se está livre de ameaças externas sérias. Ao se atribuir um valor a cada um desses fatores e somá-los para cada um dos países, obtém-se um número que sugere o risco de guerra em seu próprio território. Ao se dividir os scores em três categorias (baixo, médio e alto) risco e ao se atribuir diferentes tons de cinza para cada categoria, podemos criar esse mapa-mundo. Os 34 países em tons mais escuros, a maioria deles na África, encontram-se sob risco de guerra. Alguns exemplos incluem o Paquistão, a Argélia e a Nigéria. Os 50 países marcados com o tom mais claro de cinza, dentro das áreas de maior risco, incluem a maior parte da Europa e das Américas, apresentando baixo risco de guerra. Caratterísticas comuns de alta intermediação, incluindo a ocorrência de guerra em seus próprios territórios podem se engajar em guerras em países setentrionais, sendo os Estados Unidos o exemplo principal. Desde 1950, os Estados Unidos atribuíam intervenções militares em outros países em uma média superior a uma vez por ano (Kohn, 1988).

sante na Figura 10.11 é a distribuição de países com tipos intermediários de governo. Países com tipos intermediários de governo apresentam um risco mais elevado de guerra, em especial guerras civis. Um governo democrático tende a ser estável porque goza de legitimidade aos olhos dos cidadãos: um governo autocrático tende a ser estável porque goza de legitimidade, nem pelo autoritarismo intermediário, no entanto, não se caracterizam nem pela legitimidade, nem pelo autoritarismo, estando, portanto, mais propensos a se engajarem em guerras civis nas quais grupos políticos armados lutam entre si pelo controle do Estado.

Concluímos então que o desenvolvimento econômico e a democratização são dois fatores fundamentais para a diminuição das guerras no mundo nos dias de hoje. Em certo sentido, essa é uma conclusão perturbadora, uma vez que a maioria dos países ricos prefere investir em gastos militares e conflitos armados do que na promoção de melhores condições econômicas entre os países mais pobres.

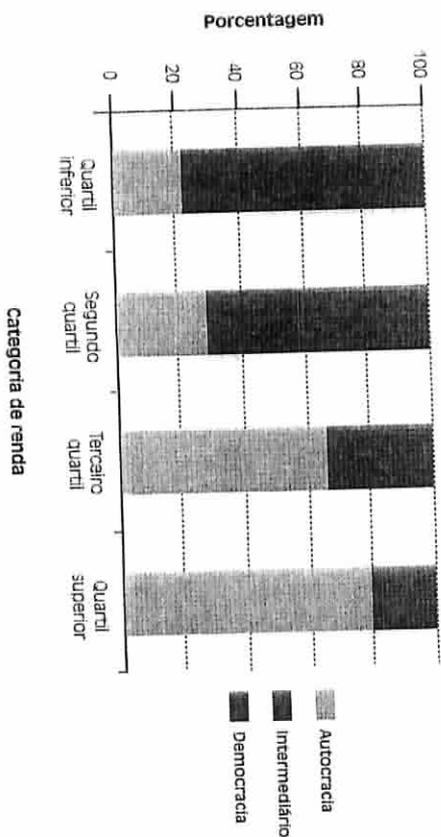


Figura 10.11 Tipo de governo por categoria de renda (anos de 1990).  
Fonte: Marshall e Gurr (2003: 21).

## Terrorismo e Formas Correlatas de Violência

Podemos aprender muita coisa sobre a situação mundial contemporânea ao nos estendermos um pouco mais sobre a questão do porquê de as guerras civis terem substituído as guerras entre as nações desde a Segunda Guerra Mundial. Como é normalmente o caso, uma perspectiva histórica se faz bastante útil (Tilly, 2002).

Desde o surgimento do Estado moderno no século XVII até a Segunda Guerra Mundial, os Estados têm monopolizado cada vez mais as formas de coerção na sociedade e isso teve três consequências importantes. Em primeiro lugar, à medida que os diversos grupos regionais, étnicos e religiosos ficaram sob o controle de Estados nacionais poderosos, as guerras regionais, étnicas e religiosas começaram a diminuir e as guerras entre os diferentes Estados tornaram-se mais comuns. Em segundo lugar, porque os Estados eram poderosos e monopolizavam os meios de coerção, os conflitos se tornaram mais fáceis. Em terceiro lugar, a vida civil tornou-se mais pacífica porque a tarefa de matar por razões políticas foi, em grande parte, restringida a forças armadas controladas pelo Estado. Assim, ainda que o número de mortes tenha aumentado devido ao incremento das guerras, a população civil era em grande medida segregada das mortes em massa. Até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a morte de civis correspondia a apenas 5% das mortes por guerra.

Esse cenário foi alterado depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A partir de então, tem havido menos guerras entre nações e mais guerras civis, guerrilhas, massacres, ataques terroristas e exemplos de tentativas de faxina étnica e genocídio perpetrados por milícias, mercenários, grupos paramilitares etc. Além disso, a violência em larga escala tem ocorrido cada vez mais entre a população civil, e não entre os militares. No início dos anos de 1990, a população civil representou 90% das mortes de guerra.

Essa mudança na forma de violência coletiva ocorreu devido a três motivos principais (Tilly, 2002). Em primeiro lugar, a descolonização e os movimentos separatistas praticamente duplicaram o número de Estados independentes no mundo e muitos desses Estados, sobretudo na África e na Ásia, eram muito frágeis para controlar seus territórios de maneira efetiva. Em segundo lugar, em especial durante o período da Guerra Fria (1946-1991), Estados Unidos, União Soviética, Cuba e China frequentemente subsidiavam e enviavam armas para os opo-rtadores domésticos de regimes que se opunham aos seus. Em terceiro lugar, a expansão do comércio internacional de contrabando forneceu aos grupos rebeldes novas formas de apoio. Esses grupos tiraram vantagem das comunicações e exportar heroína, cocaína, diamantes, dinheiro rabelecer comunidades em países estrangeiros e exporrtar heroína, cocaína, diamantes, dinheiro ilegal etc. Em resumo, a estrutura de oportunidades para o engajamento na violência coletiva mudou radicalmente após a Segunda Guerra Mundial. Como resultado, a forma dominante de violência coletiva mudou da guerra entre nações para a guerra civil, o terrorismo e outras formas correlatas.

Dessa perspectiva, independentemente de suas particularidades, a organização terrorista al-Qaeda é uma criatura típica da arte da guerra contemporânea. A al-Qaeda originou-se no Afeganistão, um Estado notadamente pobre e dependente. Os Estados Unidos apoiaram os fundadores da organização em sua luta contra a ocupação soviética do Afeganistão nos anos de 1980. Após esse período, a al-Qaeda organizou operações internacionais de tráfico de diamantes, de heroína e de lavagem de dinheiro, estabelecendo uma rede de "aparelhos" ao redor do mundo. Tudo isso foi possível por causa das mudanças na estrutura de oportunidades para a violência coletiva ocorridas após a Segunda Guerra Mundial. Em um sentido importante, porque a estrutura de poder existente exclui outras possibilidades de se alcançar determinados objetivos políticos, o terror acaba emergindo como uma alternativa viável para alguns grupos mais desesperados.

## Violência Urbana no Brasil

Embora o Brasil não viva uma situação de guerra civil ou de atentados terroristas, a violência tem sido um dos temas mais freqüentes no noticiário nacional, uma preocupação política e um tormento para o brasileiro comum, independente de sua classe social, de seu nível de instrução, de sua religião ou de sua inclinação política. Vive-se atualmente um clima de medo e insegurança generalizado. Essa sensação é confirmada pelas estatísticas que revelam o aumento crescente da criminalidade e, ao lado dela, da mortalidade por violência em nosso país, sendo o jovem a vítima preferencial.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (Isert), no Rio de Janeiro morrem mais jovens do que em sociedades que estão em guerra civil como Israel, Colômbia, Afeganistão e Serra Leoa (Freitas, 2005: 246). Segundo alguns especialistas, o aumento da violência, da criminalidade e do número de assassinatos não pode ser explicado apenas em razão da crise econômica, do desemprego e da exclusão social. Ao contrário, essa onda recente de violência deve ser compreendida "dentro do panorama do crime organizado internacionalmente, do crime também globalizado, com características econômicas, políticas e culturais *sui generis*" (Zaluar, 1997: 44) como as mencionadas anteriormente. Além disso, essa forma específica de violência traz consigo

uma forma de poder que se impõe aos indivíduos e à sociedade, destruindo antigas formas de socialidade e solidariedade social e criando novos valores.

Ainda que nem todo crime cometido esteja diretamente ligado ao tráfico de drogas, Alba Zaluar (1997) argumenta que a rede do tráfico se apresenta como um novo poder e tornou-se um padrão de comportamento, um modelo, que no plano imaginário guia as aspirações e motiva as ações criminosas mais diversas. Nesse processo de "empoderamento", por exemplo, as quadrilhas organizadas transformaram-se em um poder central nas favelas, expulsando moradores que não compactuam com suas leis, executando seus rivais e interferindo de modo direto nas organizações comunitárias — tais como as associações de moradores, as escolas de samba, as igrejas e os terreiros. Pelo terror, pelo medo, pelo banditismo, elas retiraram o poder das instituições que organizavam demandas políticas e impõem seu próprio código de leis, seus impostos, sua justiça, sua segurança pública. Muitas vezes esse poder se estende da favela para os bairros de classe média, intimidando comerciantes, moradores e a força repressora do Estado.

É importante lembrar que a existência de um poder paralelo, ligado ao crime organizado internacional, não é prerrogativa do Brasil. Países ricos, como a Itália, já experimentaram a força do poder corrupto dos grandes grupos criminosos infiltrados em todos os níveis da organização jurídica e política, e não apenas no "submundo do crime". O que preocupa os cientistas sociais de hoje é que o entendimento desse fenômeno de produção de poder pela violência e pelo crime organizado não pode ocorrer a partir de explicações que reduzam a causa do fenômeno aos índices de desigualdade e pobreza. Sua explicação requer a análise de diferentes aspectos, tais como: compreender por que alguns jovens passam a exercer um tipo de poder militar nas comunidades nas quais as instituições responsáveis pela manutenção da lei estão ausentes ou são coniventes com a ilegalidade; como os grupos de vizinhança se desagregaram pela competição política entre partidos e grupos religiosos; de que modo a "revolução nas aspirações", a rapidez na transformação da organização familiar, na substituição dos valores relacionados à noção de trabalho para os valores vinculados ao consumo provocaram o que os sociólogos contemporâneos chamam de "anomia social difusa"; a análise da corrupção de instituições pelo crime organizado etc. Os desafios teóricos são acompanhados de desafios práticos no campo das políticas públicas que devem ser implementadas pelo Estado a fim de enfrentar os problemas dessa "nova ordem" (Zaluar, 1997).

### III Resumo

#### 1. O que explica o grau de democracia em uma sociedade?

O grau de democracia em uma sociedade depende da distribuição do poder. Quando o poder é concentrado em poucas pessoas, a sociedade é menos democrática.

#### 2. Quais são as principais teorias da democracia?

Os pluralistas enfatizam corretamente que a política democrática diz respeito à negociação e ao compromisso. Entretanto, não parecem notar que os grupos que se encontram no topo da hierarquia econômica de uma sociedade têm mais poder que os que

se encontram na base. Os teóricos das elites também afirmam com propriedade que o poder se concentra nas mãos dos grupos privilegiados de uma sociedade. No entanto, eles não parecem prestar atenção suficiente em como as variações na distribuição do poder influenciam o comportamento político e as políticas públicas. A teoria dos recursos de poder se concentra nas mudanças na distribuição de poder em uma sociedade e seus efeitos. Mas ela não percebe aquilo que a teoria centrada no Estado enfatiza — que as instituições do Estado e as leis também afetam o comportamento político e as políticas públicas.

#### 3. Quais são as pré-condições sociais da democracia?

Os cidadãos conseguem proteção legal de seus direitos e de sua liberdade quando as classes operárias e médias tornam-se grandes, organizadas e prósperas. O apoio de Estados estrangeiros pró-democráticos poderosos também é um elemento importante.

#### 4. O que significa dizer que a democracia se desenvolveu em ondas?

Durante três períodos, a democracia se espalhou rapidamente pelo mundo. Em seguida, esse movimento em direção à democratização desacelerou-se ou reverteu-se. Podemos ver cada um desses períodos como uma "onda" de democratização. A primeira onda teve início com as eleições norte-americanas de 1828, embora só os homens brancos adultos pudessem votar. Por volta de 1926, 33 países gozavam de instituições democráticas mínimas. No entanto, entre 1922 e 1942, movimentos fascistas, comunistas e militaristas fizeram com que dois terços das democracias do mundo se tornassem governos totalitários. A segunda onda de democratização teve início após a Segunda Guerra Mundial, quando a vitória das Forças Aliadas levou à restauração da democracia em muitos Estados fascistas, e várias guerras de independência colonial levaram à formação de novas democracias. Diádas militares acabaram substituindo algumas daquelas novas democracias, fazendo que um terço dos países que eram democráticos em 1958 se transformassem em regimes autoritários em meados dos anos de 1970. A terceira onda de democratização teve início em Portugal, em 1974. Ela diminuiu e, em alguns casos, chegou a retroceder, no fim do século XX.

#### 5. Qual é a diferença entre uma democracia formal e uma democracia liberal e por que essa distinção é importante para se compreender a terceira onda da democratização?

Muitas democracias novas que emergiram da onda mais recente de democratização são formais, mas não liberais. Seus cidadãos podem participar de eleições regulares e competitivas (o lado formal da democracia), mas não possuem a proteção legal de seus direitos e de sua liberdade (o lado liberal da democracia).

#### 6. Quais são as principais causas da guerra?

O risco de guerra diminui com o nível de prosperidade e o grau de democracia de uma sociedade.

### 7. Como a natureza do Estado afetou os padrões de guerra?

O surgimento do Estado moderno no século XVII levou à monopolização da violência na sociedade. Uma vez que as forças armadas do Estado centralizado se transformaram na principal força militar na sociedade, a guerra civil se tornou norma, as guerras se tornaram mais mortais, e poucos civis morreram por essas razões. Entretanto, a emergência de muitos Estados frágeis após a Segunda Guerra Mundial possibilitou o surgimento de guerras civis, agora mais frequentes do que as guerras entre países. A partir de então, a proporcão de civis mortos em guerras é maior do que a de militares. As guerras civis e as organizações terroristas ganham maior impeto quando poderes hostis extremos se envolvem nelas e os rebeldes tiram vantagens das crescentes oportunidades de se engajar no comércio ilegal, estabelecendo comunidades de apoio em outros países.

### 8. Qual é o impacto da violência urbana na democracia?

Em grandes cidades brasileiras e também em outros lugares do mundo, quadrilhas organizadas transformaram-se em um poder central nas favelas, expulsando moradores que não compactuam com suas leis, executando seus rivais e interferindo de modo direto nas organizações comunitárias, como as associações de moradores, as escolas de samba, as igrejas e os terreiros. Pelo terror, pelo medo, pelo banditismo, elas retiraram o poder das instituições que organizavam as demandas políticas e impõem seu próprio código de leis, seus impostos, sua justiça, sua segurança pública. Muitas vezes esse poder se estende da favela para os bairros de classe média, intimidando comerciantes, moradores e a força repressora do Estado. Nesse sentido, a violência urbana representa uma forma essencialmente não-democrática de condução da política.

## III Questões para Reflexão

1. Analise uma eleição recente qualquer. Que questões distinguem os diferentes partidos ou candidatos? Que categorias de eleitores se sentem atraídas por cada partido ou candidato? Por quê?
2. Você acha que o Brasil vai se tornar uma sociedade mais democrática nos próximos 25 anos? Você acha que as políticas públicas refletirão melhor os interesses da população como um todo? Por quê?

## III Glossário

Em uma **autocracia**, o poder está nas mãos de uma única pessoa ou de um partido.

**Autoridade** é o poder legítimo e institucionalizado.

A **autoridade carismática** é baseada na crença nas reivindicações de indivíduos extraordinários que alegam estarem inspirados por um deus ou por algum princípio superior.

A **autoridade racional-legal** é típica das sociedades modernas. Deriva do respeito pela lei.

As leis especificam como alguém pode chegar ao poder. As pessoas geralmente acreditam que essas leis são racionais. Se alguém chega ao poder as segundo, sua autoridade é respeitada.

**Autoridade tradicional**, em sociedades tribais e feudais, envolve governantes que herdaram a autoridade de laços de família ou de clã. Acredita-se, em grande medida, que o direito de uma família ou de um clã de monopolizar a liderança se origina da vontade de um deus.

Os Estados **autoritários** restringem vigorosamente o controle por parte dos cidadãos.

Uma **classe dominante** é um grupo de pessoas autoconsciente e coeso em posições de elite.

Age para melhorar seus interesses comuns e é liderada por executivos de corporações.

Em uma **democracia**, os cidadãos exercem um grau relativamente elevado de controle sobre o Estado. Fazem isso por meio da escolha de representantes em eleições regulares e competitivas.

A **democracia formal** envolve eleições competitivas regulares.

Uma **democracia liberal** é um país cujos cidadãos gozam de eleições competitivas regulares e liberdades e proteções constitucionais que tornam significativas a participação e a competição políticas.

Uma **elite** é um grupo que controla os postos de comando de uma instituição.

O **Estado** é constituído por instituições responsáveis pela formulação e execução das leis e das políticas públicas de um país.

Uma **guerra** é um conflito armado violento entre grupos políticos distintos que lutam para proteger ou para aumentar seu controle sobre um território.

Governo **legítimo** é aquele que goza direito de governar aceito.

**Lobbies** são organizações de grupos especiais de interesse para informar e influenciar os políticos.

Os **meios de comunicação de massa** em uma democracia ajudam a manter a população informada acerca da qualidade do governo.

**Movimentos sociais** são esforços coletivos para mudar, no todo ou em parte, a ordem política ou social, abandonando as regras usuais da política.

A **opinião pública** é composta pelos valores e atitudes da população adulta como um todo. Expressa-se principalmente nas pesquisas de opinião e em cartas aos legisladores. Ela fornece aos políticos uma visão das preferências dos cidadãos.

**Partidos políticos** são organizações que competem pelo controle do governo em eleições regulares e competitivas. No processo, promovem políticas alternativas e convocam os cidadãos adultos para votar.

Os **pluralistas**, ou defensores da teoria pluralista, sustentam que o poder está em grande parte disperso. Como resultado, nenhum grupo goza de influência desproporcional e as decisões são alcançadas usualmente por meio de negociação e de compromisso.

**Poder** é a capacidade de controlar outros, mesmo contra a sua vontade.

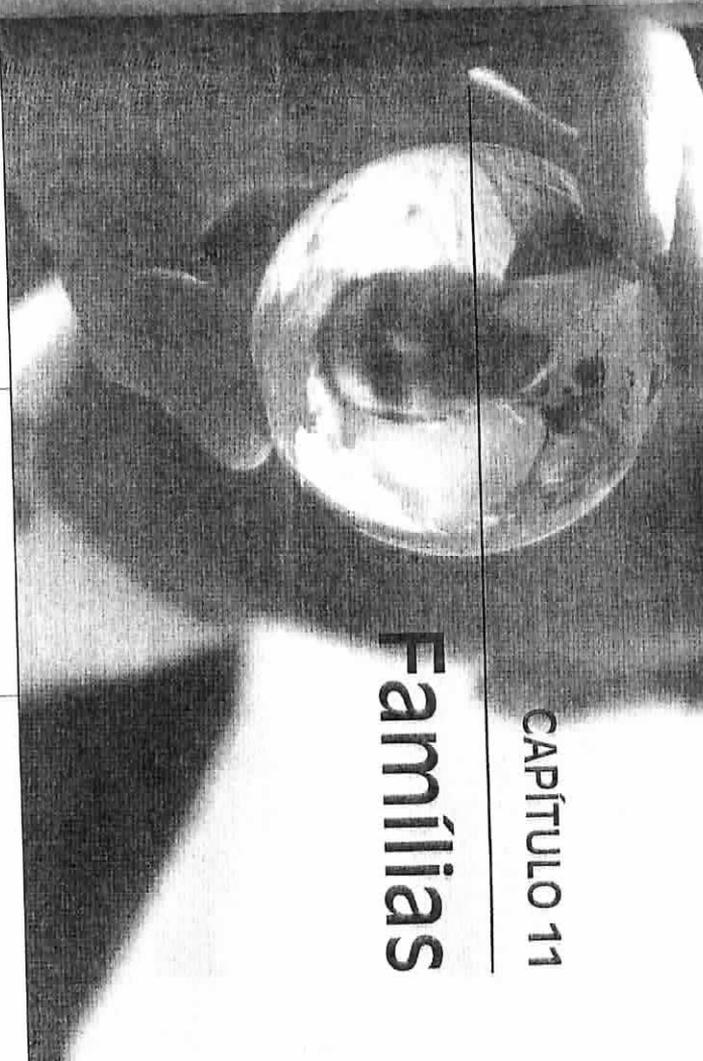
Uma **revolução política** é a derrubada das instituições políticas existentes por um movimento de oposição, e a substituição por novas.

A **sociedade civil** é a esfera privada da vida social (em relação ao Estado).

A **teoria centrada no Estado** sustenta que o próprio Estado pode estruturar a vida política, independentemente de como o poder está distribuído entre classes e outros grupos em um determinado momento.

A **teoria das elites** sustenta que pequenos grupos ocupando postos de comando nas instituições mais influentes tomam as decisões importantes que afetam todos os membros da sociedade. Além disso, eles o fazem sem ligar muito para eleições ou para a opinião pública.

A **teoria dos recursos de poder** se concentra em como as variações na distribuição de poder afetam o destino de partidos e de determinadas políticas.



## CAPÍTULO 11

# Famílias

Neste capítulo,

você aprenderá que:

- A família nuclear tradicional é menos comum do que costumava ser. Muitas novas formas de família estão se tornando mais populares. A frequência de uma forma ou outra varia de acordo com a classe social, a raça e a etnicidade, a orientação sexual e a cultura.
- Uma das principais forças responsáveis pelas mudanças em relação à família nuclear tradicional é o ingresso da maior parte das mulheres no mercado de trabalho remunerado. O trabalho remunerado aumenta a capacidade das mulheres de abandonar casamentos infelizes e controlar se e quando querem ter filhos.
- A satisfação conjugal aumenta à medida que se ascende na estrutura de classe, à medida que existem leis mais liberais sobre o divórcio, que os filhos adolescentes saem de casa, em famílias nas quais os trabalhos domésticos são divididos de forma mais igualitária e entre casais que se relacionam bem sexualmente.
- Os efeitos mais nocivos do divórcio nos filhos podem ser eliminados se não existir conflito parental e se o nível econômico das crianças não diminuir após o ocorrido.
- O declínio da família nuclear tradicional é às vezes associado a uma gama de problemas sociais — como a pobreza e o crime. Em alguns países, têm sido adotadas políticas públicas que ajudam a reduzir esses problemas.